MURRAY N. ROTHBARD

INDIVIDUALISMO E A FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Prefácio

FRIEDRICH HAYEK

INDIVIDUALISMO E A FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Murray N. Rothbard

INDIVIDUALISMO E A FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Murray N. Rothbard

Publicado originalmente em 1971 por Cato Institute.

NOTA DO TRADUTOR E ORGANIZADOR

Todos os textos e notas de rodapé foram traduzidos e revisados por mim, a exceção do último capítulo (O Individualismo Metodológico), cuja tradução foi realizada por Fernando Fiori Chiocca e publicada originalmente no Instituto Mises Brasil.

SUMÁRIO

PREFÁCIO POR FRIEDRICH HAYEK

Abordando uma visão do todo, posso dizer que ainda não estou convencido de que o grosso das discussões a respeito dos problemas do método científico [nas Ciências Sociais] que surgiu nas últimas décadas – ainda que dotada de grande qualidade – tenha promovido um grande avanço no trabalho científico que está surgindo e que está por vir. Considero-me um ávido leitor desse tipo de literatura, e sem dúvidas, essa mesma literatura me fez evitar que eu cometesse uma série de erros. A literatura existente sobre o assunto me deixou bem mais consciente de que a tarefa de construir uma teoria útil é muito mais difícil do que eu imaginava e que há muitas armadilhas no trajeto que precisam ser evitadas. Porém, infelizmente, muitos desses textos sugerem que existe um procedimento simples e facilmente aprendido, que apenas tem que se seguir cuidadosamente para chegar a

resultados válidos. Quanto a este princípio, eu estou ficando cada vez menos convencido de que isso seja verdade. A verdadeira dificuldade ainda parece definir de forma clara o problema pelo qual se deseja encontrar uma resposta. E sobre isso, eu temo, que todo o meu estudo de trabalhos científicos a respeito do método dificilmente tenha contribuído para essa tarefa. Ainda assim, [essas discussões] parecem encorajar um grande número de jovens, e não tão jovens, adeptos da minha disciplina a se debruçar acerca das prescrições do método científico como se fossem receitas de livros de receitas que, se estritamente seguidas, certamente produziria um prato nutritivo.

Entretanto, diferentes problemas demandam diferentes procedimentos. Se grandes avanços foram realizados em algumas disciplinas através do uso de certos métodos, isso por si só não basta para criar a expectativa de que estes mesmos métodos funcionem com o mesmo êxito em outras disciplinas. Na verdade, os problemas com o tipo complexidade que encontramos nos fenômenos das ciências biológicas e sociais demandam uma abordagem muito diferente daquelas que usamos de forma bem sucedida nas ciências da matéria como a física, por exemplo. Dentre os pensadores que fizeram

contribuições ímpares para os problemas particulares das ciências da ação humana, Ludwig von Mises provavelmente foi o mais preciso e original dos tempos atuais. Professor Murray N. Rothbard foi profundamente influenciado por seus trabalhos nessa área. Nós dois estamos tentando desenvolvê-los ainda mais, e se isso às vezes nos leva a mudar algumas das conclusões de Mises, mesmo em diferentes posições, eu estou certo de que é isso que Mises esperava ou mesmo desejava de seus estudantes. O quão proveitosa se mostra uma abordagem de um estudioso se manifesta nos desenvolvimentos posteriores aos quais ela dá origem, e somente a evolução posterior pode mostrar qual elaboração se tornará provada mais fértil.

Porém diferenças menores, mesmo se elas são as que tornam cada contribuição individual valiosa, não são o que eu desejo discutir aqui. Os textos do Professor Rothbard são sem sombra de dúvidas importantes contribuições para esta grandiosa tradição. Que o estado atual desta tradição, estabelecida em sua maior parte, pelos tratados bem sistemáticos que Mises realizou da terceira à sétima década deste século, poderiam se tornar mais acessíveis aos leitores das próximas décadas de forma condensada por um dos seus mais brilhantes

discípulos, certamente seria muito bem vinda. Os assuntos examinados não perderam com esta condensação, sem nenhuma dúvida, sua importância. Cada pessoa estudiosa no tema e que surgirá nos próximos anos tem que aprender a compreender do que se trata a praxeologia e quais são os seus métodos específicos. Nos tempos de Mises era certamente necessário explicar e justificar seu caráter numa examinação crítica de todas as alternativas possíveis. Porém com o advento dessas novas visões que são difundidas, se faz muito necessário que haja uma exposição simples e breve de suas características essenciais. Professor Rothbard demonstra grande habilidade em expô-las concisamente com uma linguagem mais familiar à geração atual.

Apesar do que eu disse no primeiro parágrafo, a metodologia é importante para a sinalização de avisos contra muitos dos modismos intelectuais que ainda são profundamente influentes no pensamento político atual. E para aqueles que particularmente não desejam entrar em controvérsias filosóficas, os artigos de Rothbard reimpressos neste livro fornecem um guia muito eficaz para o entendimento destas disputas na política em que cada ser pensante deveria estar interessado. Estes artigos

demandam, inevitavelmente, certa atenção intelectual, como qualquer coisa com qualidade equivalente deveria ter. Porém ao menos aqueles que estão dispostos a fazer este esforço devem ser hábeis em ter alguns *insights* a partir de seus estudos e deveriam ser gratos ao Professor Rothbard por fornecer muito material em tão curto espaço.

FRIEDRICH AUGUST VON HAYEK,
JUNHO DE 1979

PARTE I: QUESTÕES GERAIS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

INTRODUÇÃO

Em nossa adequada condenação do cientificismo no estudo do homem, não devemos cometer o erro de descartar a ciência também. Pois, se o fizermos, daremos muito crédito ao cientificismo e aceitaremos pelo valor de face sua afirmação de ser o único método científico. Se o cientificismo é, como nós acreditamos que seja, um método inapropriado, então ele não pode ser verdadeiramente científico. Ciência, afinal, significa *scientcia,* o conhecimento correto; e isso é mais antigo e mais dotado de sabedoria que as pretensões positivistas-pragmatistas de monopolizar o termo.

Cientificismo é a pretensão profundamente anticientífica de transferir acriticamente o método das ciências físicas para o estudo da ação humana. Ambas as áreas de investigação devem, é verdade, ser estudadas pelo uso da razão -- a identificação da realidade através da mente. Porém se torna crucialmente importante, para que não se negligencie o atributo crítico da ação humana: que, sozinho na natureza, os seres humanos possuem uma consciência racional. Pedras, moléculas e planetas não podem escolher seus cursos de ação; seus comportamentos são estritamente e mecanicamente

determinados. Apenas os seres humanos possuem livre-arbítrio e consciência: por serem conscientes, eles podem, e de fato irão, escolher seu curso de ação.1 Ignorar este fato primordial acerca da natureza humana -- ignorar sua volição, seu livre-arbítrio -- é interpretar equivocadamente os fatos da realidade e portanto, ser profunda e radicalmente anti científico.

Homens precisam escolher os meios que, a qualquer momento, age para atingir algum fim, seja no futuro imediato ou distante, i. é., que ele vê propósito. As etapas que ele assume para atingir seus fins são os meios. Os homens não nascem com conhecimentos inatos de quais são os fins a se escolher ou quais são os meios que utilizarão para obtê-los. Não tendo portanto o conhecimento inato de como sobreviver e prosperar, ele deve aprender quais são os fins e os meios que deve adotar, e ele é propenso a cometer erros durante o trajeto. Porém apenas utilizando sua mente de forma racional, ele pode vislumbrar quais são seus fins e como obtê-los.

Nós já começamos a construir os primeiros blocos dos muitos andares do edifício das verdadeiras ciências do homem -- e elas estão todas subsidiadas no fato de que o homem possui volição.2 A respeito do fato que o

homem usa de meios para atingir fins, nós nos embasamos na ciência da praxeologia ou economia; psicologia é o estudo do porquê e como homens escolhem os conteúdos dos seus fins; tecnologia nos diz concretamente quais meios levam aos vários fins; e ética emprega todos os dados das várias ciências para guiar o homem tendo em vista os fins que ele deveria seguir para alcançá-los, e portanto, por implicação, em relação aos seus próprios meios. Nenhuma dessas disciplinas pode fazer algum sentido sob premissas cientificistas. Se homens são como pedras, se eles não são seres dotados de propósito e não se esforçam para atingir seus fins, então não há economia, não há psicologia, ética, tecnologia ou qualquer ciência do homem possível.

CAPÍTULO 1 - O PROBLEMA DO LIVRE ARBÍTRIO

Antes de prosseguir, nós devemos parar para considerar a respeito da validade do livre-arbítrio, para isso é curioso de se notar que o dogma determinista tem frequentemente sido bem aceito como a única posição científica. E enquanto isso, muitos filósofos têm demonstrado a existência do livre-arbítrio, o conceito é raramente aplicado dentro das "ciências sociais”.

Em primeiro lugar, cada ser humano universalmente sabe através da introspecção que ele é capaz de escolhas. Os positivistas e behavioristas podem caçoar desta interpretação o quanto quiserem, porém permanece verdade que o conhecimento introspectivo de um homem consciente que ele é consciente e age é um fato da realidade. O que, de fato, têm os deterministas a oferecer contra o fato da introspecção? Apenas uma analogia pobre e embusteira com as ciências físicas. É verdade que toda matéria sem mente é determinada e ausente de propósito. No entanto, é um tanto quanto inapropriado, e mais ainda, uma falácia da *petitio principii*3 simplista e acrítica para se aplicar ao modelo da física ao homem.

Por que, de fato, devemos aceitar o determinismo na natureza? A razão pela qual dizemos que as coisas são

determinadas é que cada ente existente possui uma existência específica. Tendo uma existência específica, com certeza possui atributos definidos, definíveis e delimitáveis, e qualquer ser só pode interagir apenas em acordo com suas respectivas naturezas. Portanto, as ações de cada ser são causadas por, determinadas por sua natureza. 4

Porém, enquanto a maioria das coisas não possui consciência e portanto, não perseguem objetivos, é um atributo essencial da natureza do homem que ele tem consciência e portanto, suas ações são auto-determinadas pelas escolhas que sua mente faz.

No melhor dos cenários, a aplicação do determinismo ao homem é apenas um projeto para o futuro. Após vários séculos de proclamações arrogantes, nenhum determinista veio com algo como uma teoria determinista de todas as ações do homem. Certamente o ônus da prova se dá para aquele que defende uma teoria, particularmente quando a teoria contradiz as primeiras impressões do homem. Certamente nós podemos, ao menos, dizer aos deterministas que se mantenham quietos enquanto eles oferecem seus determinismos, incluído, obviamente, seus determinismos antecipados

em relação a cada uma das nossas reações a sua teoria determinista. Mas ainda há muito o que pode ser dito. Para o determinismo, como aplicado ao homem, é uma tese auto-contraditória, dado que o homem que aplica isso repousa implicitamente na existência do livre-arbítrio. Se nós somos determinados nas ideias em que aceitamos, então X, o determinista, é determinado em acreditar no determinismo, enquanto Y, aquele que acredita no livre-arbítrio, é igualmente determinado a acreditar em sua própria doutrina. Uma vez que a mente do homem é, de acordo com o determinismo, sem liberdade para pensar e chegar a conclusões sobre a realidade, é um absurdo que X tente convencer Y ou qualquer outro indivíduo a respeito da validade que o determinismo tem. De forma bem resumida, o determinismo deve repousar, para a propagação de suas ideias, sobre aquele que não é determinado, sobre a escolha volitiva dos demais, em seu livre-arbítrio de adotar ou rejeitar ideias. 5

Porém se um homem não pode afirmar uma proposição sem empregar sua negação, ele não somente cai numa inextricável auto-contradição como ele está concedendo à negação o status de um axioma. 6

Uma auto-contradição corolária: Os deterministas professam ser hábeis, um dia, para determinar quais serão as escolhas e ações de um homem. Porém, em seus próprios campos, seu próprio conhecimento dessa teoria determinista é por si mesma determinada. Como eles podem aspirar a saber tudo, se a extensão do seu próprio conhecimento é determinada, e portanto, arbitrariamente delimitada? De fato, se suas ideias são determinadas, então nós não temos nenhum modo de revisar abertamente nossos julgamentos e aprender a verdade -- seja a verdade do determinismo ou de qualquer outra coisa. 7

Sendo assim, o determinista, para defender sua doutrina, deve colocar a si mesmo e sua teoria fora do campo do determinismo supostamente universal, i. é, ele deve empregar o livre-arbítrio. Essa confiança do determinismo em sua negação é um exemplo de uma verdade mais ampla: que é auto-contraditório usar a razão em qualquer tentativa de negar a validade da razão como um meio de adquirir conhecimento. Tal auto-contradição é implícita no atual modismo sentimental como “a razão nos mostrando como esta é frágil”, ou “quanto mais nós sabemos, mais sabemos o quão pequenos nós somos.”. 8

Algumas pessoas podem objetar que o homem não é realmente livre porque ele deve obedecer leis da natureza. Afirmar que o homem não é livre porque ele não é capaz de fazer tudo que ele deseja, todavia, confunde liberdade e poder. 9

Deterministas às vezes implicam que as ideias do homem são necessariamente determinadas pelas ideias dos outros, da "sociedade". Tanto um indivíduo A quanto B podem ouvir a mesma ideia proposta; A pode adotá-la como válida enquanto B não. Cada homem, portanto, tem a livre escolha de adotar ou rejeitar uma ideia ou valor. É verdade que muitos homens adotam ideias dos outros acriticamente; no entanto, este processo não pode regredir infinitamente. Em dado ponto da história, a ideia foi concebida, i. é., a ideia não foi tomada pelos outros mas sim concebida por alguma mente independente e criativa. Isso é logicamente necessário para qualquer ideia. "Sociedade", portanto, não pode ditar ideias. Se alguém cresce num mundo onde pessoas geralmente acreditam que todos os ruivos são demônios, ele é livre, na medida em que cresce, para repensar o problema e atingir uma conclusão diferente. Se isso não fosse verdade, ideias, uma vez adotadas, não poderiam jamais ser mudadas.

Nós concluímos, portanto, que a verdadeira ciência estabelece o determinismo às ciências físicas e o livre arbítrio ao homem, e pelas mesmas razões: cada ente deve agir de acordo com a sua específica natureza. E sendo o homem livre para adotar ideias e agir de acordo com elas, nunca são eventos ou estímulos externos à mente que causam ideias; ao invés disso, a mente adota livremente ideias a respeito dos eventos externos. Um selvagem, uma criança e um homem civilizado agirão de maneiras completamente diferentes ao mesmo estímulo -- seja uma caneta-tinteiro, um alarme de relógio ou metralhadora, uma vez que cada mente possui diferentes concepções a respeito do significado do objeto e suas qualidades. 10

Que nunca mais digamos que a Grande Depressão dos anos 30 foi a causa para os homens adotarem o socialismo ou o intervencionismo (ou que a pobreza faz com que as pessoas adotem o Comunismo). A depressão existiu, e os homens foram movidos a pensar a respeito desse evento marcante; porém que eles adotaram o socialismo ou equivalente como uma saída não determinada por este evento; eles poderiam muito bem escolher o laissez-faire, o budismo ou qualquer outra

solução. O fator decisivo foram as ideias que as pessoas escolheram decidir.

O que leva uma pessoa a adotar particularmente algumas ideias? Aqui o historiador pode enumerar e ponderar vários fatores, porém ele deve sempre parar ao último fator de liberdade de escolha. Assim, em qualquer assunto, uma pessoa pode livremente decidir entre pensar sobre o problema de forma independente ou aceitar acriticamente as ideias oferecidas por outros. Certamente, a maioria das pessoas, especialmente em assuntos de ordem abstrata, escolhem seguir as ideias oferecidas pelos intelectuais. No período da Grande Depressão, havia uma série de intelectuais oferecendo a solução do estatismo ou o socialismo como uma cura para a depressão, enquanto muitos poucos sugeriram o laissez-faire ou a monarquia absolutista.

A compreensão de que ideias, adotadas livremente, determinam as situações sociais, e não o contrário, iluminam muitas áreas críticas no estudo do homem. Rousseau e sua multidão de seguidores contemporâneos, que sustentaram que o homem é bom mas corrompido por suas instituições, devem facilmente se desmanchar sob a pergunta: e quem, senão os homens, criaram essas

instituições? A tendência da maioria dos intelectuais atuais em perseguir o primitivo (assim como o infantilizado -- especialmente a criança "progressivamente" educada -- a vida "natural" do nobre selvagem dos mares do Sul, etc) têm possivelmente a mesma raiz. É dito para nós repetidamente que as diferenças entre as tribos amplamente isoladas e os grupos étnicos são "culturalmente determinadas": a tribo X se tornou inteligente ou pacífica por causa da sua cultura; enquanto a tribo Y letárgica ou violenta por causa de sua cultura. Se nós compreendemos completamente que cada homem de cada tribo criou sua própria cultura (ainda que nós assumamos sua criação como um produto de algum *deus ex machina* místico), nós vemos que essa explicação popular não é melhor do que explicar as propriedades do ópio que induzem o sono por seu "poder sonolento". Na verdade, isso é pior ainda, porque acrescenta à explicação o erro do determinismo social.

Não há dúvidas que essa discussão de livre-arbítrio e determinismo será acusada de ser "unilateral" e que isso leva ao suposto fato de que toda a vida é multicausal e interdependente. Nós não devemos nos esquecer, no entanto, de que o grande objetivo da ciência é fornecer

explicações simples de fenômenos amplos. Neste caso, nós somos confrontados com o fato que pode haver logicamente um soberano último sobre as ações humanas: seja seu próprio livre-arbítrio, seja alguma causa fora de sua vontade. Não existe outra alternativa, não existe o caminho do meio, e qualquer modismo eclético das formações intelectuais modernas devem neste caso ceder às duras realidades da Lei do Terceiro Excluído.11

Se o livre-arbítrio foi comprovado, como nós podemos provar a existência da consciência? A resposta é simples: provar algo significa tornar evidente algo não evidente. Contudo, algumas proposições já são previamente evidentes por si só, i. é., auto-evidentes. Um axioma auto-evidente, como nós identificamos, será uma proposição que não pode ser contradita sem empregar o próprio axioma na próxima tentativa de refutação. E a existência da consciência não é somente evidente a todos nós através da introspecção direta, como também um axioma fundamental, pelo próprio fato de duvidar da consciência só pode ser feito através da consciência.12 Assim, o behaviorista que rejeita a consciência pelos dados "objetivamente" adquiridos em laboratório tem que realizar associações para reportar este dado.

A chave do cientificismo é negar a existência da consciência individual e da vontade. 13 Isso se dá de duas formas: aplicando analogias mecânicas das ciências físicas ao aos homens individuais, e aplicando analogias com os organismos em relação a tipos ficcionais de um todo coletivo como a “sociedade”. Este último atribui consciência e vontade não aos indivíduos, mas a alguma forma de coletivo orgânico em que cada indivíduo é apenas uma célula determinada. Ambos métodos são aspectos da rejeição da consciência individual.

CAPÍTULO 2 - A FALSA ANALOGIA MECANICISTA DO CIENTIFICISMO

O método científico no estudo do homem é quase que completamente baseado em analogias com as ciências físicas. Algumas das mais comuns analogias mecanicistas são as seguintes.

O homem como servomecanismo: Assim como Bertrand Russell, um dos líderes do cientificismo, esta vertente reverte a realidade ao atribuir determinismo ao homem e livre-arbítrio às partículas físicas, isso se tornou moda para dizer que máquinas modernas "pensam", enquanto o homem é apenas uma forma complexa de máquina, ou "servomecanismo". 14 O que é esquecido aqui é que máquinas, não importam o quão complexas seja, são simplesmente dispositivos feitos pelo homem para servir propósitos e objetivos humanos; suas ações são acionadas por seus criadores, e as máquinas nunca podem agir de outro modo ou repentinamente adotar novos objetivos e agir de acordo com estes. Eles não podem fazê-lo, em última instância, porque máquinas não são seres vivos e portanto certamente não são conscientes. Se homens fossem máquinas, por outro lado,

então os deterministas, além de entender a questão acima, devem responder a seguinte questão: Quem criou o homem e com quais propósitos? -- essa é uma questão um pouco embaraçosa para os materialistas responderem. 15

Engenharia Social: Esse termo implica que os homens não são diferentes das pedras ou de qualquer outro objeto físico, e portanto eles deveriam ser planejados e emoldurados do mesmo modo que objetos por engenheiros “sociais”. Quando Rex Tugwell escreveu em seu famoso poema durante os dias de prosperidade do New Deal:

> *Reuni minhas ferramentas e meus gráficos,*
> *Meus planos estão concluídos e práticos,*
> *Vou arregaçar as mangas - reconstruir a América.*

Alguém pode se perguntar se seus leitores admiradores pensavam em si próprios como estando entre os engenheiros diretores ou entre a matéria prima que deveria ser “reconstruída”. 16

Construção de modelos: Economistas e cientistas políticos têm sido assolados pela praga da “construção de

modelos". 17 Pessoas já não constroem mais teorias; elas "constroem" modelos de sociedade ou de economia. Ninguém ainda parece perceber a peculiar inaptidão do conceito. Um modelo de engenharia é uma exata réplica em miniatura, i. é., em exata proporção quantitativa, das relações existentes na estrutura dada no mundo real; porém os "modelos" da teoria econômica e política são simplesmente algumas equações e conceitos que, na melhor das hipóteses, poderiam aproximar apenas algumas poucas relações numéricas na economia ou na sociedade.

Medição: O slogan original da Sociedade Econométrica é "Ciência é Medição", este ideal foi transferido intactamente das ciências naturais. As tentativas frenéticas e vãs de medir intensas magnitudes físicas na psicologia e na economia desapareceriam se fosse compreendido que todo conceito de medição implica a necessidade implica a necessidade de uma unidade objetiva extensa para servir como medida. Porém as magnitudes na consciência são necessariamente intensivas e portanto, não são capazes de medição. 18

O método matemático: Não apenas a medição, como o uso da matemática em geral, nas ciências sociais e na

filosofia hoje são uma transferência ilegítima da física. em primeiro lugar, uma equação matemática implica a existência de quantidades que possam ser equalizadas, o que, por sua vez, implica uma unidade de medida para essas quantidades. Em segundo lugar, as relações matemáticas são funcionais, i. e., variáveis são interdependentes, a identificação da variável causal depende de qual é considerada dada e qual é alterada. Essa metodologia é apropriada na física, onde os entes por si só não proporcionam as causas para suas ações e sim são determinados pelas leis quantitativas detectáveis de sua natureza e a natureza dos entes em interação. Porém no que se refere à ação humana, as escolhas volitivas realizadas pela consciência humana são a causa, e esta causa gera certos efeitos. O conceito matemático de “função” indeterminada é portanto inapropriado.

De fato, o próprio conceito de “variável” usado tão frequentemente na Econometria é ilegítimo, pois a física é capaz de chegar a leis apenas descobrindo constantes. O conceito de “variável” apenas faz sentido se há algumas coisas que não sejam variáveis, mas constantes. Já na ação humana, o livre-arbítrio impede qualquer constante quantitativa (inclusive unidades constantes de medida). Todas as tentativas de descobrir tais constantes

(como a estrita teoria quantitativa da moeda ou a “função de consumo” keynesiana) são inerentemente condenadas ao fracasso.

Por fim, tais princípios básicos da matemática econômica como o cálculo são completamente inapropriadas para a ação humana porque elas assumem uma continuidade infinitamente pequena; ao passo que tais conceitos podem legitimamente descrever o caminho completamente determinado de uma partícula física, eles são profundamente enganadores em descrever uma ação desejada dos seres humanos. Tal ação desejada pode ocorrer apenas de forma discreta, em passos finitamente pequenos, passos largos o suficiente para serem percebidos pela consciência humana. Posto isso, os pressupostos de continuidade do cálculo são inadequados para o estudo do homem.

Outras metáforas levemente enganosas e transplantadas da física incluem equilíbrio, elasticidade, estática e dinâmica, velocidade de circulação e atrito. Equilíbrio na física é o estado em que um ente repousa; porém na economia ou política nunca houve realmente algo como um estado de equilíbrio existente; não existe algo senão uma tendência nesta ou naquela direção. Mais

ainda, o termo equilíbrio possui conotações emocionais, e, portanto, foi apenas um breve passo para o dano adicional de manter o equilíbrio como impossível, mas como o ideal pelo qual avalia todas as instituições existentes. No entanto, visto que o homem, por sua própria natureza, deve continuar agindo, ele não pode estar em equilíbrio enquanto viver e, portanto, o ideal, sendo impossível, também é impróprio.

O conceito de atrito é usado de maneira similar. Alguns economistas, por exemplo, assumem que os homens têm o “conhecimento perfeito", que os fatores de produção possuem “a mobilidade perfeita”, etc. e têm descartado todas as dificuldades em aplicar esses absurdos ao mundo real como simples problemas de “atrito”, assim como as ciências físicas trazem o atrito para aumentar sua estrutura “perfeita”. Essas suposições na verdade tornam a onisciência o padrão ou o ideal, e isso simplesmente não existe na natureza humana.

CAPÍTULO 3 - A FALSA ANALOGIA COM ORGANISMOS DO CIENTIFICISMO

As falsas analogias com organismos atribuem à consciência ou a outras qualidades orgânicas como pertencentes a um "todo social", que são na verdade apenas rótulos para inter relações entre indivíduos. 19 Assim como as metáforas mecanicistas os homens individuais são subordinados e determinados, aqui eles se tornam células estúpidas em alguma forma de organismo social. Enquanto poucas pessoas hoje afirmariam categoricamente que "a sociedade é um organismo", a maioria dos teóricos sociais sustentam doutrinas que implicam esta mesma ideia. São dignas de nota, por exemplo, frases como "a sociedade determina os valores de seus indivíduos", ou "as ações individuais são determinadas pelo papel que ele desempenha no grupo ao qual ele pertence", etc. Tais conceitos como "bens públicos", "bem comum", "bem-estar social", etc. são também característicos. Todos estes conceitos se sustentam na premissa implícita de que existe algo como um organismo vivo conhecido como "a sociedade", "o grupo", "o público", "a comunidade" e que é este ente que possui valores e busca por objetivos.

Esses termos não são apenas considerados entidades vivas, como também é suposto que eles existam fundamentalmente mais do que os meros indivíduos, e certamente, seus objetivos têm precedência sobre os individuais. É um tanto quanto irônico que os auto-proclamados apóstolos da “ciência” persigam o misticismo absoluto de assumir a realidade viva desses conceitos. 20 Conceitos tais como “bens públicos”, “bem-estar geral”, etc., deveriam, portanto, ser descartados como profundamente anti-científicos, e na próxima tentativa de alguém em pregar a prioridade dos “bens públicos” sobre os bens individuais, nós devemos perguntar: Quem é o público nesse caso? Nós devemos nos lembrar que o slogan que justificava o déficit público que ganhou fama nos anos 30, “Nós devemos isso a nós mesmos”, faz uma grande diferença para cada homem se ele é um membro do "nós" [quem deve] ou do "nós mesmos" [a quem a política é endereçada].21

Uma falácia semelhante é cometida, tanto por amigos quanto por inimigos da economia de mercado, quando o mercado é chamado de "impessoal". Assim, as pessoas costumam reclamar que o mercado é muito "impessoal" porque não lhes concede uma parcela maior dos bens mundanos. As pessoas esquecem que o

"mercado" não é algum tipo de entidade viva tomando decisões boas ou más, mas é simplesmente um rótulo para pessoas individuais e suas interações voluntárias. Se o indivíduo A pensa que o "mercado impessoal" não está pagando o suficiente, ele está realmente dizendo que os indivíduos B, C e D não estão dispostos a pagar a ele tanto quanto ele gostaria de receber. O "mercado" é a atuação dos indivíduos. Da mesma forma, se o indivíduo B pensa que o "mercado" não está pagando o indivíduo A o suficiente, B está perfeitamente livre para intervir e fornecer a diferença. Ele não é bloqueado neste esforço por algum monstro chamado "mercado".

Um exemplo do uso generalizado da falácia de falsa analogia com organismos está nas discussões sobre comércio internacional. Assim, durante a era do padrão-ouro, com que frequência se gritou que "Inglaterra" ou "França" ou algum outro país corria perigo mortal porque "estava" "perdendo ouro"? O que realmente estava acontecendo era que homens ingleses ou homens franceses estavam enviando ouro voluntariamente para o exterior e, assim, ameaçando os bancos desses países com a necessidade de cumprir obrigações (de pagar em ouro) que possivelmente não poderiam cumprir. Mas o uso da metáfora com

organismos converteu um grave problema bancário em uma vaga crise nacional pela qual cada cidadão era de alguma forma responsável. 22

Até agora, estivemos discutindo aqueles conceitos comparativos com organismos que pressupõem a existência de uma consciência fictícia em algum todo coletivo. Existem também numerosos exemplos de outras analogias biológicas enganosas no estudo do homem. Ouvimos muito, por exemplo, de nações "jovens" e "velhas", como se um jovem americano de 20 anos fosse de alguma forma "mais jovem" que um francês da mesma idade. Lemos sobre "economias maduras", como se uma economia tenha o dever de crescer rapidamente e depois se tornar "madura". A moda atual de uma "economia do crescimento" presume que toda economia está de alguma forma destinada, como um organismo vivo, a "crescer" de alguma maneira predeterminada numa taxa definida. (No entusiasmo, é esquecido que muitas economias "crescem" para trás.) O fato de que todas essas analogias são tentativas de negar a vontade e a consciência individuais foi apontado por Edith Tilton Penrose. Referindo-se a analogias biológicas aplicadas a empresas, ela escreve:

(...) onde quer que as analogias biológicas explícitas surjam na economia, elas são tiradas exclusivamente daquele aspecto da biologia que lida com o comportamento não motivado dos organismos (...) O mesmo ocorre com a analogia do ciclo de vida. Não temos nenhuma razão para pensar que o padrão de crescimento de um organismo biológico é desejado pelo próprio organismo. Por outro lado, temos todos os motivos para pensar que o crescimento de uma empresa é desejado por aqueles que tomam as decisões da empresa (...) e a prova disso está no fato de que ninguém pode descrever o desenvolvimento de qualquer empresa (...) exceto em termos de decisões tomadas por homens individualmente. 23

CAPÍTULO 4 - AXIOMAS E DEDUÇÕES

O axioma fundamental, então, para o estudo do homem é a existência da consciência individual, e vimos as inúmeras maneiras pelas quais o cientificismo tenta rejeitar ou evitar esse axioma. Não sendo onisciente, um homem deve aprender; ele deve sempre adotar ideias e agir de acordo com elas, escolhendo os fins e os meios para atingir esses fins. Sobre este axioma fundamental simples, um vasto edifício dedutivo pode ser construído. O professor Ludwig von Mises já fez isso para a economia, que ele inseriu na ciência da praxeologia: Isso se concentra no fato formal universal de que todos os homens usam os meios para fins escolhidos, sem investigar os processos das escolhas concretas ou a justificativa para eles. Mises mostrou que toda a estrutura do pensamento econômico pode ser deduzida deste axioma (com a ajuda de muito poucos axiomas subsidiários). " 24

Uma vez que os axiomas fundamentais e outros são qualitativos por natureza, segue-se que as proposições deduzidas pelas leis da lógica desses axiomas também são qualitativas. As leis da ação humana são, portanto, qualitativas e, de fato, deveria

estar claro que o livre arbítrio se opõe às leis quantitativas. Assim, podemos estabelecer a lei econômica absoluta de que um aumento na oferta de um bem, dada a demanda, reduzirá seu preço; mas se tentamos prescrever com generalidade semelhante quanto o preço cairia, dado um aumento definido na oferta, nos despedaçamos contra a rocha do livre-arbítrio de avaliações variáveis por indivíduos diferentes.

Nem é preciso dizer que o método axiomático-dedutivo tem sido desacreditado nas últimas décadas, em todas as disciplinas, exceto na matemática e na lógica formal - e mesmo aqui os axiomas são frequentemente considerados uma mera convenção, em vez de uma verdade necessária. Poucas discussões sobre a história da filosofia ou método científico deixam de fazer os ataques rituais à argumentação antiquada a partir de princípios evidentes. E, no entanto, os próprios discípulos do cientificismo implicitamente assumem como autoevidentes não o que não pode ser contestado, mas simplesmente que a metodologia da física é a única metodologia verdadeiramente científica. Esta metodologia, resumidamente, significa olhar para os fatos, então formular hipóteses cada vez mais gerais para explicar os fatos e, então, testar essas hipóteses

verificando experimentalmente outras deduções feitas a partir delas. Mas este método é apropriado apenas nas ciências físicas, onde começamos conhecendo os dados dos sentidos externos e então prosseguimos com nossa tarefa de tentar encontrar, o mais próximo que pudermos, as leis causais do comportamento das entidades que percebemos. Não temos como conhecer essas leis diretamente; mas, felizmente, podemos verificá-las realizando experimentos de laboratório controlados para testar proposições deduzidas delas. Nessas experiências, podemos variar um fator, enquanto mantemos todos os outros fatores relevantes constantes. No entanto, o processo de acumulação de conhecimento na física é sempre bastante tênue; e, como aconteceu, à medida que nos tornamos mais e mais abstratos, há maior possibilidade de que alguma outra explicação seja concebida que se ajuste mais aos fatos observados e que possa então substituir a teoria mais antiga.

No estudo da ação humana, por outro lado, o procedimento adequado é o inverso. Aqui começamos com os axiomas primários; sabemos que os homens são os agentes causais, que as ideias que adotam por livre arbítrio governam suas ações. Portanto, começamos conhecendo totalmente os axiomas abstratos e podemos

então construí-los por dedução lógica, introduzindo alguns axiomas subsidiários para limitar o alcance do estudo às aplicações concretas com as quais nos preocupamos. Além disso, nos assuntos humanos, a existência de livre arbítrio nos impede de conduzir quaisquer experimentos controlados; pois as ideias e avaliações das pessoas estão continuamente sujeitas a mudanças e, portanto, nada pode ser mantido constante. A metodologia teórica adequada nas questões humanas, então, é o método axiomático-dedutivo. As leis deduzidas por este método são mais, não menos, firmemente fundamentadas do que as leis da física; pois, uma vez que as causas últimas são conhecidas diretamente como verdadeiras, suas consequências também são verdadeiras. Uma das razões do ódio cientificista ao método axiomático-dedutivo é histórica. Assim, o Dr. E. C. Harwood, combatente veterano pelo método pragmático na economia e nas ciências sociais, critica Mises da seguinte forma:

“Como os gregos, Dr. Von Mises menospreza a mudança. "A praxeologia não se preocupa com a mudança do conteúdo da atuação, mas com sua forma pura e com sua estrutura categorial." Ninguém que aprecie a longa luta do homem em direção a um

conhecimento mais adequado criticaria Aristóteles por sua adoção de um ponto de vista semelhante há 2.000 anos, mas, afinal, isso foi há 2.000 anos; certamente os economistas podem fazer melhor do que buscar luz sobre seu assunto em um farol que foi extinto pela revolução galiléia no século XVII."

Deixando de lado o antagonismo pragmatista usual às leis apodíticas da lógica 26, esta citação incorpora um mito historiográfico típico. A questão no panorama histórico do nobre Galileu versus a Igreja anticientífica consiste basicamente em dois erros importantes de Aristóteles: (a) ele pensava nas entidades físicas como agindo teleologicamente e, portanto, em certo sentido, como agentes causais; e (b) ele necessariamente não tinha conhecimento do método experimental, que ainda não havia sido desenvolvido, e portanto pensava que o método axiomático-dedutivo-qualitativo era o único apropriado tanto para as ciências físicas como para as humanas. Quando o século XVII entronizou as leis quantitativas e os métodos de laboratório, o repúdio parcialmente justificado de Aristóteles na Física foi seguido pela infeliz expulsão de Aristóteles e sua metodologia das ciências humanas. 27 Isso é verdade independentemente

das descobertas históricas de que os Escolásticos da Idade Média foi a precursora, e não os inimigos obscurantistas, da ciência física experimental. 28

Um exemplo de lei concreta deduzido de nosso axioma fundamental é o seguinte: uma vez que toda ação é determinada pela escolha do ator, qualquer ato particular demonstra a preferência de uma pessoa por essa ação. Disto se segue que, se A e B concordam voluntariamente em fazer uma troca (seja a troca material ou espiritual), ambas as partes o fazem porque esperam se beneficiar. 29

CAPÍTULO 5 - CIÊNCIA E VALORES: A ÉTICA ARBITRÁRIA

Tendo discutido a abordagem propriamente científica, em contraste com a cientificista, para o estudo do homem, podemos concluir considerando brevemente a antiga questão da relação entre ciência e valores. Desde Max Weber, a posição dominante nas ciências sociais, pelo menos *de jure*, tem sido a *Wertfreiheit*: que a própria ciência não deve fazer julgamentos de valor, mas limitar-se a julgamentos de fato, uma vez que os fins últimos podem ser apenas mera preferência pessoal, não sujeito ao argumento racional. A visão filosófica clássica de que uma ética racional (ou seja, no sentido amplo do termo, uma "científica") é possível foi amplamente descartada. Como resultado, os críticos da *Wertfreiheit*, tendo rejeitado a possibilidade da ética racional como uma disciplina separada, passaram a contrabandear julgamentos éticos arbitrários e *ad hoc* pela porta dos fundos de cada ciência particular do homem. A moda atual é preservar uma fachada de *Wertfreiheit*, ao mesmo tempo em que adota julgamentos de valor casualmente, não como decisão do próprio cientista, mas como o consenso dos valores dos outros. Em vez de escolher seus próprios fins e avaliar de acordo, o cientista

supostamente mantém sua neutralidade ao adotar os valores da maior parte da sociedade. Em suma, estabelecer os próprios valores agora é considerado tendencioso e "não-objetivo", enquanto adotar sem crítica os slogans de outras pessoas é o cúmulo da "objetividade". Objetividade científica não significa mais a busca de um homem pela verdade, onde quer que ela leve, mas obedecer a uma "pesquisa de popularidade" de outras subjetividades menos informadas. 30

A atitude de que julgamentos de valor são auto-evidentemente corretos porque "as pessoas" os defendem permeia as ciências sociais. O cientista social frequentemente afirma ser apenas um técnico, aconselhando seus clientes - o público - como atingir seus objetivos, quaisquer que sejam. E ele acredita que, assim, pode assumir uma posição de valor sem realmente se comprometer com quaisquer valores próprios. Aqui está um exemplo dessa atitude, tirado de um recente livro didático de finanças públicas (uma área onde o cientista econômico deve enfrentar constantemente problemas éticos):

"A justificativa atual para o princípio da capacidade contributiva (entre os economistas) é

simplesmente o fato de (...) estar de acordo com o consenso de atitudes em relação à equidade na distribuição da renda real e da carga tributária. As questões de equiparação sempre envolvem julgamentos de valor, e as estruturas tributárias podem ser avaliadas, do ponto de vista da equidade, apenas em termos de sua conformidade relativa com o consenso de pensamento na sociedade em particular com respeito à equiparação." 31

Mas o cientista não pode escapar de fazer seus próprios julgamentos de valor. Um homem que conscientemente aconselha uma gangue criminosa sobre a melhor forma de arrombar um cofre está, portanto, endossando implicitamente o fim: arrombá-lo. Ele é um acessório diante do fato. Um economista que aconselha o público sobre o método mais eficiente de obter igualdade econômica está endossando o fim: igualdade econômica. O economista que aconselha o *Federal Reserve System* sobre a maneira mais rápida de administrar a economia está, portanto, endossando a existência do sistema e seu objetivo de estabilização. Um cientista político que aconselha um gabinete do governo sobre como reorganizar seu pessoal para maior eficiência (ou menos ineficiência) está, portanto, endossando a existência e o

sucesso desse mesmo gabinete. Para se convencer disso, considere qual seria o curso adequado para um economista que se opõe à existência do *Federal Reserve System*, ou para o cientista político que gostaria de ver a liquidação de um gabinete governamental. Ele não estaria traindo seus princípios se ajudasse o que ele é contra a se tornar mais eficiente? Não seria seu curso apropriado recusar-se a aconselhá-lo, ou talvez tentar promover sua ineficiência - com base na clássica observação de um grande industrial americano (falando da corrupção governamental): "ser grato por não estarmos recebendo todo o governo pelo qual pagamos."?

Devemos perceber que os valores não se tornam verdadeiros ou legítimos porque muitas pessoas os defendem; e sua popularidade não os tornam evidentes. A economia tem toda a sorte de exemplos de valores arbitrários contrabandeados para obras cujos autores nunca pensariam em se envolver em análise ética ou propor um sistema ético. A virtude da igualdade, como indicamos, é simplesmente tida como certa, sem justificativa; e é estabelecida, não pela percepção sensorial da realidade ou por mostrar que sua negação é autocontraditória - os verdadeiros critérios de autoevidência - mas assumindo que qualquer um que

discorda é um desonesto e sem princípios. A tributação é um terreno onde florescem os valores arbitrários, e podemos ilustrar analisando a mais sagrada e certamente a mais sensata de todas as éticas tributárias: alguns dos famosos mandamentos de "justiça" tributários de Adam Smith. 32 Desde então, estes mandamentos têm sido tratados como um evangelho evidente em praticamente todas as obras sobre finanças públicas. Tomemos, por exemplo, o mandamento de que os custos de cobrança de qualquer imposto sejam reduzidos ao mínimo. Óbvio o suficiente para incluir no tratado mais *wertfrei*? De forma alguma - pois não devemos esquecer o ponto de vista dos cobradores de impostos. Eles favorecem altos custos administrativos de tributação, simplesmente porque altos custos significam maiores oportunidades de emprego burocrático. Com base em que motivos podemos chamar o burocrata de "errado" ou "injusto"? Certamente nenhum sistema ético foi oferecido. Além disso, se o próprio imposto for considerado ruim por outros motivos, então o oponente do imposto pode muito bem ser a favor de altos custos administrativos, com base no fato de que haverá menos chance de o imposto causar danos ao ser totalmente cobrado.

Considere outro mandamento de Smith aparentemente óbvio, a saber, que um imposto seja cobrado para que o pagamento seja conveniente. Mas, novamente, isso não é de forma alguma evidente. Os oponentes de um imposto, por exemplo, podem querer que o imposto seja propositalmente inconveniente, de modo a induzir o povo a se rebelar contra ele. Ou outra: que um imposto seja certo e não arbitrário, para que os contribuintes saibam quanto terão que pagar. Mas aqui, novamente, uma análise mais aprofundada levanta muitos problemas. Alguns podem argumentar que a incerteza beneficia positivamente os contribuintes, pois torna as exigências mais flexíveis, permitindo assim mais espaço para possível suborno do coletor de impostos. Outro dito popular é que um imposto é formulado para dificultar a evasão fiscal. Mas, novamente, se um imposto é considerado injusto, a evasão pode ser altamente benéfica, econômica e moralmente. O objetivo dessas restrições não tem sido defender os altos custos de arrecadação de impostos, impostos inconvenientes, suborno ou evasão, mas mostrar que mesmo as partes mais triviais de julgamentos éticos em economia são completamente ilegítimas. E são ilegítimas, quer se acredite em *Wertfreiheit* ou na possibilidade de uma ética racional: pois tais julgamentos éticos *ad hoc* violam os

mandamentos de qualquer uma das escolas. Eles não são *Wertfrei* e nem são suportados por qualquer análise sistemática.

CAPÍTULO 7 - CONCLUSÃO

Examinando os atributos próprios da ciência do homem em oposição ao cientificismo, encontra-se uma linha brilhante e clara que separa um do outro. A verdadeira ciência do homem se baseia na existência dos seres humanos individuais, na vida e na consciência individuais. Os irmãos científicos (dominantes nos tempos modernos) sempre se opõem à existência significativa dos indivíduos: os biólogos negam a existência da vida, os psicólogos negam a consciência, os economistas negam a economia e os teóricos políticos negam a filosofia política. O que eles afirmam é a existência e a primazia dos todos sociais: "sociedade", "coletivo", "grupo", "nação". O indivíduo, eles afirmam, deve ser ele próprio livre de valores, mas deve receber seus valores da "sociedade". A verdadeira ciência do homem concentra-se no indivíduo como de importância central, epistemológica e ética; os adeptos do cientificismo, ao contrário, não perdem a oportunidade de denegrir o indivíduo e submergi-lo na importância do coletivo. Com epistemologias tão radicalmente contrastantes, dificilmente é mera coincidência que as visões políticas dos dois campos opostos tendem a ser individualistas e coletivistas, respectivamente.

NOTAS DE RODAPÉ

1. Ações humanas, contudo, não ocorrem a parte da sua causa; seres humanos podem escolher a qualquer momento, apesar de que os conteúdos de sua escolha são autodeterminados.

2. As ciências que lidam com o funcionamento automático dos órgãos humanos -- fisiologia, anatomia, etc -- devem ser incluídas nas ciências físicas, dado que elas não são baseadas na vontade humana -- mesmo aqui, medicina psicossomática estabelece relações causais relacionadas às escolhas humanas.

3. A falácia da petição por princípio ocorre quando as premissas utilizadas para justificar a conclusão precisariam da mesma justificativa que a própria conclusão. N. T.

4. Ver Andrew G. Melsen, The Philosophy of Nature (Pittsburgh: Duquesne University Press, 1953), pp. 208 ff., 235 ff. Enquanto o livre-arbítrio deve ser defendido em se tratando do estudo do homem, determinismo deve ser igualmente defendido no que se refere ao estudo da natureza física. Para uma crítica de uma recente e falaciosa noção, baseada em no Princípio da Incerteza de Heisenberg, onde partículas atômicas e subatômicas têm "livre arbítrio" ler Ludwig von Mises, Theory and History (New Haven: Yale University Press, 1957), pp; 87-92, e Albert H. Hobbs, Social Problems and Scientism (Harrisburg, Pa.: Stackpole, 1953) pp. 220-232

5. Mesmo os textos controversos dos mecanicistas parecem ser endereçados a leitores com o poder de decisão e escolha. Em outras palavras, o determinista, que deseja conquistar outros para sua forma de pensar, deve escrever como se fosse ele mesmo, e seus

leitores ao menos, possuem a liberdade de escolha, enquanto o resto da humanidade são mecanicamente determinados em seus pensamentos e sua conduta.” Francis L. Harmon, Principles of Psychology (Milwaukeee: Bruce, 1938). p. 497 and pp 483-499. Ver também Joseph D. Hasset, S. J., Robert A. Mitchell, S. J. e J. Donald Monan, S. J., *The Philosophy of Human Knowing* (Westminister, Md.: Newman Press), pp. 71-72] Do mesmo modo, os vários modos de determinismo -- behaviorismo, positivismo, marxismo, etc. -- implicitamente evocam uma isenção especial para si próprios de seus próprios sistemas determinados. 6 [FOOTNOTE: Ver Mises, *Theory and History*, pp. 258-260, e Mises, Human *Action* (New Haven: Yale University Press, (1949), pp. 74 ff.

6. Phillips, portanto, chama esse atributo de um axioma de "princípio bumerangue (...) pois, embora o joguemos longe de nós, ele retorna para nós novamente", e ilustra mostrando que uma tentativa de negar a lei aristotélica da não-contradição deve terminar assumindo isto. R. P. Phillips, *Modern Thomistic Philosophy*, 2 vols. (West-minster, Md.: Newman Bookshop, 1934-35), 2: 36-37. Ver também John J. Toohey, S. J., *Notes on Epistemology* (Washington, D.C .: Georgetown University, 1952), passim, e Murray N. Rothbard, "*In Defense of 'Extreme Apriorism*,'" Southern Economic Jourrral, janeiro de 1957, p. 318.

7. No curso de uma crítica ao determinismo, Phillips escreveu: "Que propósito (...) poderia servir o conselho se fôssemos incapazes de revisar um julgamento que havíamos formado, e assim agir de maneira diferente da que pretendemos a princípio? " Phillips, *Modem Thomistic Philosophy*, 1: 282.

Para enfatizar o livre arbítrio como liberdade de pensar, de usar a razão, ver Robert L. Humphrey, "*Human Nature in American Thought*, 'Political Science Quarterly, junho de 1954, p. 269; JF Leibell, ed., Readings in Ethics (Chicago: Loyola University Press, 1926), pp. 90, 103, 109; Robert Edward Brennan, OP, *Thomistic Psychology* (New York: Macmillan, 1941), pp. 221-222; Van Melsen, *Philosophy of Nature*, pp. 235 -236; e Mises, *Theory and History*, pp. 177-17

8. "Um homem se envolve em uma contradição quando usa o raciocínio do intelecto para provar que não se pode confiar nesse raciocínio." Toohey, Notes on Epistemology, p. 29. Ver também Phillips, *Modern Thomistic Philosophy*, 2:16, e Frank Thilly, *A History of Philosophy* (Nova York: Henry Holt, 1914), p. 586.

9. Ver F. A. Hayek, *The Road to Serfdom* (Chicago: University of Chicago Press, 1944), p. 26] É claramente absurdo empregar como a definição de “liberdade” o poder de uma entidade realizar uma ação impossível, ou seja, violar sua natureza. 11 [FOOTNOTE: John G. Vance, "Freedom", citado em Leibell, ed. *Readings in Ethics*, pp. 98-100. Ver também Van Melsen, *Philosophy of Nature*, p. 236, e Michael Maher, *Psychology*, citado em Leibell, p. 90

10. Ver também, cf. C. I. Lewis, *Mind and the World Order* (Nova York: Dover Publications, 1956), pp. 49-51.]

11. A lei do terceiro excluído é uma das três leis da lógica aristotélica. Ela afirma que, para qualquer proposição, ou esta proposição é verdadeira, ou sua negação é verdadeira, não permitindo um meio-termo. N.T.

12. Ver Hassen, Mitchell e Monan, *Philosophy of Human Knowing*. pp. 33-35. Ver também Phillips, *Modern Thomistic Philosophy*, 1: 50-SI; Toohey, *Notes on Epistemology*, pp. S, 36, 101, 107-108; e Thilly, *History of Philosophy*, p. 363

13. Professor Scrausz-Hupi também destaca este ponto em seu artigo neste simpósio.

14. Ver Mises, *Theory and History*, p. 92.

15. Uma máquina é um dispositivo: feito pelo homem. É a realização de um design e funciona precisamente de acordo com o plano de seus autores. O que produz o produto de sua operação não é algo dentro dele, mas a finalidade que o construtor queria realizar por meio de sua construção. É o construtor e o operador que criam e produzem, não a máquina. Atribuir a uma máquina qualquer atividade é antropomorfismo e animismo. A máquina (...) não se move; é colocada em movimento pelos homens." Ibid., pp. 94-95.

16. lbid. , pp. 249·250.

17. Neste e em muitos outros pontos deste artigo, devo muito a Ludwig von Mises e ao seu desenvolvimento da ciência da praxeologia. Ver Ludwig von Mises, "*Comentário sobre o Tratamento Matemático de Problemas Econômicos*", Studium Generole, vol. 6 (1953), no. 2: Mises, *Ação Humana*, passim; e Mises, *Theory and History*, pp. 240-263. As bases da praxeologia como método foram lançadas pelo economista clássico inglês Nassau Senior. Infelizmente, o lado positivista de John Stuart Mill em seu debate metodológico tornou-se muito mais conhecido do que o de Sênior. Ver Marian Bowley, Nassau *Senior and Classical*

Economics (Nova York: Kelley, 1949), cap. I, especialmente pp. 64-65

18. Para uma crítica das recentes tentativas de moldar uma nova teoria de medição para magnitudes intensivas, consulte Murray N. Rothbard, "*Toward a Reconstruction of Utility and Welfare Economics*" em *On Freedom and Free Enterprise: Essays in Honor of Ludwig von Mises*, ed. M. Sennholz (Princeton: Van Nostrand, 1956), pp. 241-243.

19. Sobre a falácia do realismo conceitual (ou ultra realismo platônico) envolvido aqui, e sobre a necessidade de individualismo metodológico, su FA Hayek, *The Counter-Revolution of Science* (Glencoe, Ill .: Free Press, 19SS), passim, e Mises, *Human Action*, pp. 41 e segs. e 45 ff.

20. Podemos, portanto, dizer com Frank Chodorov que "a sociedade são pessoas". Frank Cbodorov, "*Society Are People*", em *The Rise and Fall of Society* (Nova York: Devin-Adair, 19S9), pp. 29-37. Para uma crítica da mística da "sociedade", ver Mises, *Theory and History*, p. 250 ff.].

21. Veja o divertido artigo de Frank Chodorov, "*We lose it to ourselves*". *Analysis*, junho de 1950, p. 3.

22. Um erro ou metáfora semelhante prevalece em questões de política externa. Assim: “Quando se usa o monossilábico simples 'França', pensa-se na França como uma unidade, uma entidade.

Quando (...) dizemos 'a França enviou suas tropas para conquistar Tunis' - imputamos não apenas unidade, mas

personalidade ao país. As próprias palavras escondem os fatos e fazem das relações internacionais um drama alarmante em que as nações personalizadas são os atores, e muito facilmente nos esquecemos dos homens e mulheres de carne e osso que são os verdadeiros atores (...) Se não tivéssemos uma palavra como 'França' (...) então deveríamos descrever com mais precisão a expedição de Túnis de alguma forma como esta: 'Alguns de (...) trinta e oito asseclas enviaram outros trinta mil para conquistar Túnis.' Esta forma de colocar o fato sugere imediatamente uma questão, ou melhor, uma série de questões. Quem foram os 'poucos'? Por que eles enviaram trinta mil para Túnis? E por que eles obedecem? A construção de impérios não é feita por 'nações', mas por homens.

O problema que temos diante de nós é descobrir os homens, as minorias ativas e interessadas em cada nação, que estão diretamente interessados no imperialismo e, então, analisar as razões pelas quais as maiorias pagam as despesas e lutam nas guerras. (...) "Parker Thomas Moon, Imperialism and World Politics (New York: Macmillan, 1930), p.5.]

23. Edith Tilton Penrose, "*Biological Analogies in the Theory or the Firm*", American Economic Review, dezembro de 1952, p. 808

24. Mises, *Human Action*. Para uma defesa desse método, ver Rothbard, "*In Defense of 'Extreme Apriorism*,'" Southern Economic Journal, janeiro de 1957, pp. 314-320; e Rothbard, "*Praxeology: Reply to Mr. Schuller.* " American Economic Review, December 1951, pp. 943-946

25. E. C. Harwood, *Reconstruction of Economics (*Great Barrington, Mass: American Institute for Economic Research, 1955), p. 39.

Sobre este e outros exemplos de cientificismo, ver Leland B. Yeager, "*Measurement as Scientific Method in Economics*", American Journal of Economics and Sociology, julho de 1957, p. 337. Ver também Yeager, "*Reply to Col. Harwood*", American Journal of Economics and Sociology, outubro de 1957, pp. 104-106. Como Yeager sabiamente conclui: "O antropomorfismo, corretamente desprezado nas ciências naturais como metafísica pré-científica, é justificado na economia porque a economia trata da ação humana."

26. Leis apodíticas são leis que expressam uma premissa lógica e impossível de ser refutada, contestada, por ser evidente, falando especialmente de uma proposição. Ver Kant "Crítica da Razão Pura". N.T.

27. Ver Van Melson, *Philosophy of Nature*, pp. 54-58, 116].

28. Como Schumpeter declarou: "A ciência escolástica da Idade Média continha todos os germes da ciência laica do Renascimento (...) O método experimental foi usado notadamente por Frei Roger Bacon e Pedro de Maricourt no século XIII; o sistema heliocêntrico da astronomia originada dentro da Igreja (Cusanus era um cardeal e Copérnico um canonista); e os monges beneditinos lideraram o desenvolvimento da engenharia medieval. Ver Joseph A. Schumpeter, *History of Economic Analysis* (Nova York: Oxford University Press, 1954), p. 81 e seguintes; e Lynn White, Jr., "*Dynamo and Virgin Reconsidered*," The American Scholar, Spring 1958, pp. 183-212]

29. Para uma refutação da acusação de que este é um argumento circular, consulte Rothbard, "*Toward a Reconstruction of Utility and*

Welfare Economics", em Sennholz, ed. , On Freedom and Free Enterprise, p. 228.

30. "Quando eles [os cientistas práticos] lembram de seus votos ou objetividade, eles fazem outras pessoas fazerem seus julgamentos sobre eles." Anthony Standen, *Science Is a Sacred Cow* (Nova York: Dutton, 1958), p. 165

31. John F. Due, *Government Finance* (Homewood, Ill ,: Irwin, 1954), p. 122

32. Adam Smith, *The Wealth of Nations* (New York: Modern Library, 1937),pp. 777-779.

PARTE II - A PRAXEOLOGIA COMO O MÉTODO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

CAPÍTULO 1 - O MÉTODO PRAXEOLÓGICO

Durante a última geração, uma verdadeira revolução ocorreu na disciplina de economia. Não estou me referindo tanto à conhecida revolução keynesiana, mas à revolução mais silenciosa, porém mais profunda, na metodologia da disciplina. Essa mudança não ocorreu simplesmente nos escritos formais de um punhado de metodologistas conscientes; ela se espalhou, em grande parte despercebida, até que agora permeia pesquisas e estudos em todas as partes desse campo de estudo. Alguns efeitos dessa revolução metodológica são muito evidentes. Deixe um não-especialista em economia pegar um artigo de jornal ou monografia hoje e compará-lo com um de uma geração atrás, e a primeira coisa que o impressionará é a incompreensibilidade do produto moderno. A obra mais antiga foi escrita em linguagem comum e, com esforço moderado, foi compreensível para o leigo; o trabalho atual é praticamente todo matemático, algébrico ou geométrico. Como lamentou um distinto economista, "a economia hoje em dia muitas vezes parece um sub-ramo de terceira categoria da matemática", e um, acrescentou, que o próprio matemático não tem muito apreço.

Claro, a economia compartilha essa matematização acelerada com praticamente todos os outros campos do conhecimento, incluindo história e literatura. Mas, trabalhando sob a noção comum de que é uma ciência com foco especial em *quantidades*, a economia avançou mais longe e mais rápido do que qualquer uma de suas disciplinas irmãs no caminho matemático e estatístico.

A ênfase na matemática é um sintoma de uma mudança mais profunda na disciplina: a rápida adoção do que podemos chamar amplamente de "positivismo" como o guia para a pesquisa e o critério para a construção bem-sucedida da teoria econômica. A crescente influência do positivismo tem sua fonte na tentativa de todas as ciências sociais de imitar a ciência (supostamente) supremamente bem-sucedida, a física. Para os cientistas sociais, como para quase todos os intelectuais, a física infelizmente quase substituiu a filosofia como a "rainha das ciências". Nas mãos dos positivistas, a filosofia quase passou a parecer um elaborado comentário e explicação da física, muitas vezes servindo como a donzela dessa prestigiosa ciência. O que os positivistas veem como a metodologia da física foi elevado, por suas mãos, a ser o método científico, e qualquer abordagem desviante foi excluída do status de

ciência porque não passa pelo rigoroso teste positivista. Correndo o risco de simplificação excessiva, o modelo positivista do método científico pode ser resumido da seguinte forma:

Etapa 1. O cientista observa regularidades empíricas, ou "leis", entre as variáveis.

Etapa 2. Generalizações explicativas hipotéticas são construídas, a partir das quais as leis empiricamente observadas podem ser deduzidas e, portanto, "explicadas".

Etapa 3. Uma vez que hipóteses concorrentes podem ser formuladas, cada uma explicando o corpo das leis empíricas, tal "coerência" ou explicação consistente não é suficiente; para validar as hipóteses, outras deduções devem ser feitas a partir delas, que devem ser "testáveis" por observação empírica.

Etapa 4: A partir da construção e teste de hipóteses, um corpo cada vez mais amplo de generalizações é desenvolvido; estes podem ser descartados se os testes empíricos os invalidarem, ou serem substituídos por novas explicações cobrindo uma gama ainda mais ampla de fenômenos.

Uma vez que o número de variáveis é virtualmente infinito, o teste na Etapa 3, bem como muitas das observações na Etapa 1, só podem ser feitas em "experimentos controlados", em que todas as variáveis, exceto aquelas em estudo, são mantidas constantes. A replicação das condições experimentais deve então replicar os resultados. A replicação das condições experimentais deve então replicar os resultados.

Observe que nesta metodologia partimos daquilo que é conhecido com certeza - as regularidades empíricas - até hipóteses ainda mais amplas e provisórias. É esse fato que leva o leigo acreditar erroneamente que Newton "derrubou" seus predecessores · e foi por sua vez "derrubado" por Einstein. Na verdade, o que acontece não é tanto a substituição, mas a adição de explicações mais gerais para uma gama mais ampla de fenômenos; as generalizações de um Newton ou de um Einstein são muito mais provisórias do que o fato de que duas moléculas de hidrogênio se combinam com uma molécula de oxigênio para produzir água. Agora, eu não sou especialista o suficiente na filosofia da ciência para desafiar este modelo positivista da metodologia da física, embora minha leitura da filosofia da natureza me leve a suspeitar que isso é altamente inadequado. 1 Meu

argumento é que a aplicação indiscriminada e acrítica desse modelo à economia nas últimas décadas levou toda a disciplina ao erro.

Existe, no entanto, sem o conhecimento da maioria dos economistas atuais, uma tradição metodológica competitiva. Essa tradição, o método da maioria dos economistas clássicos mais antigos, foi chamada de "praxeologia" por Ludwig von Mises, seu mais eminente teórico e praticante moderno. A praxeologia sustenta que nas ciências sociais em que seres humanos e escolhas humanas estão envolvidos, o Passo 3 é impossível, uma vez que mesmo na sociedade totalitária mais ambiciosa, é impossível manter todas as variáveis constantes. Não pode haver experimentos controlados quando confrontamos o mundo real da atividade humana.

Tomemos um exemplo recente de um fenômeno econômico geralmente indesejável: a inflação de preços acelerada nos Estados Unidos nos últimos anos. Existem todos os tipos de explicações teóricas concorrentes para isso, variando de aumentos na oferta de dinheiro a um aumento repentino na ganância por parte do público ou de vários segmentos dele. Não existe uma maneira

empírica positivista de decidir entre essas várias teorias; não há como confirmá-los ou refutá-los mantendo todas as supostas variáveis explicativas constantes, exceto uma, e depois mudando essa variável para ver o que acontece com os preços. Além disso, existe o conhecido análogo da ciência social do princípio da incerteza de Heisenberg: a ciência positivista contém previsões, mas como as previsões podem ser testadas quando o próprio ato da previsão muda as forças em ação? Assim, o economista A prevê uma recessão severa em seis meses; agindo sobre isso, o governo toma medidas para combater a recessão supostamente iminente, o público e o mercado de ações reagem, e assim por diante. A recessão, então, nunca ocorre. Isso significa que o economista estava baseando sua previsão em teorias errôneas, ou que as teorias eram corretas, mas inadequadas aos dados reais, ou que ele estava "realmente" certo, mas aquela ação imediata evitou o evento temido? Não há como decidir.

Outro exemplo: os economistas keynesianos sustentam que as depressões podem ser curadas por doses maciças de gastos deficitários por parte do governo. O governo dos Estados Unidos se envolveu em gastos deficitários em grande escala para combater a depressão

no final dos anos 1930, mas sem sucesso. Os anti-keynesianos afirmam que essa falha prova a incorreção da teoria keynesiana; os keynesianos respondem que as doses simplesmente não eram massivas o suficiente e que déficits muito maiores teriam mudado a maré. Novamente, não existe uma maneira sistematicamente positivista de decidir entre essas afirmações concorrentes.

Os praxeólogos compartilham a contenção da impossibilidade de testes empíricos com outros críticos do positivismo, como os institucionalistas, que por essa razão abandonam completamente a teoria econômica e se confinam à reportagem econômica puramente empírica ou institucional. Mas o praxeólogo não se desespera; em vez disso, ele se volta para outra metodologia que pode produzir um corpo correto de teoria da economia. Essa metodologia começa com a convicção de que enquanto o economista, ao contrário do físico, não pode testar suas hipóteses em experimentos controlados, ele está, em outro sentido, em uma posição melhor do que o físico. Pois, enquanto o físico está certo de suas leis empíricas, mas hesitante e incerto de suas generalizações explicativas, o economista está na posição oposta. Ele começa, não com regularidades empíricas detalhadas,

quantitativas, mas com amplas generalizações explicativas. Essas premissas fundamentais ele conhece com certeza; eles têm o status de axiomas apodíticos, sobre os quais ele pode construir dedutivamente com confiança. Começando com o conhecimento certo do axioma explicativo básico A, ele deduz as implicações de A: B, C e D. Destes, ele deduz implicações adicionais, e assim por diante. Se ele sabe que A é verdadeiro, e se A implica B, C e D, ele sabe com certeza que B, C e D também são verdadeiros. O positivista, olhando através das vendas impostas por sua noção de física, acha impossível entender como uma ciência pode começar com os axiomas explicativos e trabalhar para baixo até as leis empíricas mais concretas. Ele, portanto, descarta a abordagem praxeológica como "mítica" e "apriorista".

Quais são esses axiomas com os quais o economista pode começar com tanta confiança? Eles são a existência, a natureza e as implicações da ação humana. Existem seres humanos individuais. Além disso, eles não se "movem" simplesmente, como os átomos ou moléculas não motivadas; eles agem, ou seja, eles têm objetivos e fazem escolhas de meios para atingir seus objetivos. Eles ordenam seus valores ou terminam em uma hierarquia conforme atribuem maior ou menor

importância a eles; e eles têm o que acreditam ser conhecimento tecnológico para atingir seus objetivos. Toda essa ação também deve ocorrer no tempo e em um determinado espaço. É sobre esse axioma básico e evidente da ação humana que toda a estrutura da teoria econômica praxeológica é construída. Não sabemos, e talvez nunca conheçamos com certeza, a equação final que explicará todos os fenômenos eletromagnéticos e gravitacionais; mas sabemos que as pessoas agem para atingir objetivos. E esse conhecimento é suficiente para elaborar o corpo da teoria econômica.2

Há uma controvérsia considerável sobre o status empírico do axioma praxeológico. O professor Mises, trabalhando dentro de uma estrutura filosófica kantiana, sustentou que, como as "leis do pensamento", o axioma é a priori para a experiência humana e, portanto, apoditicamente certo. Essa análise deu origem à designação da praxeologia como "apriorismo extremo". A maioria dos praxeólogos, entretanto, sustenta que o axioma é baseado diretamente na realidade empírica, o que o torna não menos certo do que na formulação de Mises. Se o axioma é empiricamente verdadeiro, então as consequências lógicas construídas sobre ele também devem ser empiricamente verdadeiras. Mas esse não é o

tipo de empirismo bem-vindo pelo positivista, pois se baseia na experiência reflexiva ou interna universal, bem como na experiência física externa. Assim, o conhecimento de que o ser humano tem objetivos e agem propositadamente para alcançá-los repousa, não apenas em observar que o ser humano existe, mas também no conhecimento introspectivo do que significa ser o ser humano possuído por cada homem, que então concorda com esse conhecimento. Embora esse tipo de empirismo se baseie em um amplo conhecimento da ação humana, também é anterior aos eventos históricos complexos que os economistas tentam explicar.

Alfred Schutz apontou e elaborou a complexidade da interação entre o indivíduo e outras pessoas, a "compreensão interpretativa" ou *Verstehen*, sobre a qual repousa esse conhecimento universal pré-científico. O conhecimento do senso comum da universalidade da ação humana motivada e intencional, ignorada pelos positivistas como "não científica", na verdade fornece a base indispensável sobre a qual a própria ciência deve se desenvolver. 3 Para Schutz, esse conhecimento é empírico ", desde que não restrinjam este termo às percepções sensoriais de objetos e eventos no mundo exterior, mas inclua a forma experiencial, pela qual o

pensamento de senso comum na vida cotidiana compreende as ações humanas e seus resultados em termos de motivos e objetivos subjacentes. " 4

A natureza da evidência em que o axioma praxeológico se baseia é, além disso, fundamentalmente semelhante àquela aceita pelos empiristas autoproclamados. Para eles, o experimento de laboratório é uma evidência porque a experiência sensorial envolvida está disponível para cada observador; a experiência se torna "evidente" para todos. A prova lógica é nesse sentido semelhante; pois o conhecimento de que B segue de A torna-se evidente para todos os que desejam seguir a demonstração. Da mesma forma, o fato da ação humana e da escolha intencional também se torna evidente para cada pessoa que se preocupa em contemplá-lo; é tão evidente quanto a experiência direta dos sentidos do laboratório.

A partir desta perspectiva filosófica, então, todas as disciplinas que lidam com seres humanos - da filosofia à história, psicologia,e as ciências sociais - devem tomar como ponto de partida o fato que os humanos se envolvem em ações motivadas e intencionais e, portanto, são diferentes dos átomos e pedras desmotivados que são os objetos das ciências físicas. Mas onde, então, a

praxeologia ou a economia difere das outras disciplinas que tratam os seres humanos? A diferença é que, para o praxeólogo, a teoria econômica (distinta da economia aplicada, que será tratada a seguir) lida, não com o conteúdo das avaliações, motivações e escolhas humanas, mas com o fato formal de que as pessoas se engajam nessas atividades motivadas. Outras disciplinas focam o conteúdo desses valores e ações. Assim, a psicologia pergunta como e por que as pessoas adotam valores e fazem escolhas; a ética trata do problema de quais valores e escolhas eles devem adotar; a tecnologia explica como devem agir para chegar aos fins escolhidos; e a história tenta explicar o conteúdo dos motivos e escolhas humanos através do tempo registrado. Dessas disciplinas, a história é talvez a mais puramente *verstehende*, pois o historiador está constantemente tentando descrever, compreender e explicar as motivações e escolhas de atores individuais. A teoria econômica, por outro lado, é a menos *verstehende*, pois embora também comece com o axioma da ação humana intencional e intencional, o restante de sua estrutura elaborada consiste nas implicações lógicas deduzidas - e, portanto, verdadeiras - desse fato primordial.

Um exemplo da estrutura formal da teoria econômica é a conhecida lei econômica, construída a partir do axioma da existência de ação humana motivada, de que se a demanda por algum produto aumentar, dada a oferta existente, o preço desse produto subirá. Essa lei é válida independentemente do status ético ou estético do produto, assim como a lei da gravidade se aplica aos objetos, independentemente de sua identidade particular. O teórico econômico não está interessado no conteúdo do que está sendo exigido, ou em seu significado ético - pode ser armas ou manteiga ou mesmo livros didáticos de filosofia. É essa natureza universal e formal da lei econômica que concedeu a ela, entre os leigos, a reputação de ser fria, cruel e excessivamente lógica.

Tendo discutido a natureza do axioma no qual a visão praxeológica da economia está baseada, podemos agora nos voltar para examinar o próprio processo dedutivo, a maneira pela qual a estrutura das leis econômicas é desenvolvida, a natureza dessas leis e, finalmente, as maneiras pelas quais o economista praxeológico aplica essas leis econômicas ao mundo social.

Uma das ferramentas básicas para a dedução das implicações lógicas do axioma da ação humana é o uso

do *Gedankenexperiment*, ou "experimento mental". O *gedankenexperiment* é o substituto teórico econômico para o experimento de laboratório controlado do cientista natural. Uma vez que as variáveis relevantes do mundo social não podem realmente ser mantidas constantes, o economista as mantêm constantes em sua imaginação. Usando a ferramenta da lógica verbal, ele investiga mentalmente a influência causal de uma variável sobre outra. O economista descobre, por exemplo, que o preço de um produto é determinado por duas variáveis, a demanda por ele e sua oferta em um determinado momento. Ele então mantém mentalmente a oferta constante e descobre que um aumento na demanda provocado por classificações mais altas do produto nas escalas de valor do público resultará em um aumento no preço. Da mesma forma, ele descobre, novamente usando a lógica dedutiva verbal, que se essas escalas de valor e, portanto, a demanda pública, forem mentalmente mantidas constantes e a oferta do produto aumentar, seu preço cairá. Em suma, a economia chega às leis *ceteris paribus*: dada a oferta, o preço mudará na mesma direção que a demanda; dada a demanda, o preço mudará na direção oposta da oferta.

Um aspecto importante dessas leis econômicas deve ser apontado: elas são necessariamente qualitativas. O fato de os seres humanos terem objetivos e preferências, de fazerem escolhas para atingir seus objetivos, de todas as ações ocorrerem ao longo do tempo, todos esses são axiomas qualitativos. E, uma vez que apenas o qualitativo entra no processo lógico vindo do mundo real, apenas o qualitativo pode emergir. Só se pode dizer, por exemplo, que um aumento na demanda, dada a oferta, aumentará o preço; não se pode dizer que um aumento de 20% na demanda resultará em um aumento de 25% no preço. O praxeólogo deve rejeitar todas as tentativas, por mais elegantes que sejam, de erigir uma teoria que consiste em alegadas leis quantitativas. Em uma época que tenta desesperadamente imitar a física de prestígio, com sua ênfase na matemática e suas leis quantitativas, muitos cientistas sociais, incluindo muitos economistas, ignoram essa metodologia por causa dessa mesma insistência nos limites qualitativos da disciplina.

Há uma razão básica para a dicotomia quantidade-qualidade entre as ciências físicas e sociais. Os objetos da ciência física não agem; eles não escolhem, mudam de ideia e escolhem novamente. Suas naturezas podem, portanto, ser investigadas e as investigações

replicadas indefinidamente, com precisão quantitativa. Mas as pessoas mudam de ideia e de ação o tempo todo; seu comportamento não pode ser previsto com precisão exata e, portanto, científica. Entre os muitos fatores que ajudam a determinar a demanda e a oferta de manteiga, por exemplo, estão as avaliações feitas por cada consumidor da manteiga em relação a todos os outros produtos disponíveis, a disponibilidade de substitutos, o clima nas áreas de produção de manteiga, métodos tecnológicos de produção de manteiga (e margarina), o preço da ração para gado, a oferta de dinheiro no país, a existência de prosperidade ou recessão na economia e as expectativas do público sobre a evolução dos preços gerais. Cada um desses fatores está sujeito a mudanças contínuas e imprevisíveis. Mesmo se uma equação gigantesca pudesse ser descoberta para "explicar" todos os preços registrados da manteiga nos últimos 50 anos, não há garantia, e nem mesmo a probabilidade, de que a equação teria algo a ver com o preço do próximo mês.

Na verdade, se o sucesso empírico está no teste, certamente é digno de nota que todos os esforços determinados de economistas quantitativos, econometristas e cientistas sociais não foram capazes de encontrar uma única constante quantitativa nos assuntos

humanos. As leis matemáticas nas ciências físicas contêm numerosas constantes; mas o método imitativo nas ciências sociais é provado em vão pelo fato de que nenhuma única constante jamais emergiu. Além disso, apesar do uso de modelos econométricos sofisticados e computadores de alta velocidade, a taxa de sucesso da previsão de quantidades econômicas tem sido desanimadora, mesmo para os agregados mais simples como o Produto Interno Bruto, quanto mais para quantidades mais difíceis; o registro da previsão do PNB por economistas tem sido mais pobre do que a simples extrapolação de tendências recentes por um leigo. 5 Na verdade, o governo federal teve um sucesso notavelmente fraco, mesmo na previsão da única variável sob seu próprio controle absoluto - seus próprios gastos no futuro próximo. Talvez revisemos nossa opinião crítica sobre a ciência econométrica se e quando os econometristas se mostrarem capazes de fazer previsões perfeitas da atividade no mercado de ações - e fazerem para si vastas fortunas no processo.

Exceto pelo fato de não serem quantitativas, no entanto, as previsões do praxeólogo são precisamente as mesmas do cientista natural. Afinal, este último não é um profeta ou adivinho; sua previsão de sucesso não é o que

acontecerá no mundo, mas o que aconteceria se isso ou aquilo ocorresse. O cientista pode prever com sucesso que, se o hidrogênio e o oxigênio forem combinados em proporções de dois para um, o resultado será água; mas ele não tem como prever cientificamente quantos cientistas em quantos laboratórios realizarão esse processo em qualquer período no futuro. Da mesma forma, o praxeólogo pode dizer, com absoluta certeza, que se a demanda por manteiga aumentar e a oferta permanecer a mesma, o preço da manteiga aumentará; mas ele não sabe se a demanda do público por manteiga vai de fato aumentar ou diminuir, muito menos o quanto ela mudará. Como o cientista na física, o economista não é um profeta, e é uma pena que os econometristas e os economistas quantitativos tenham assumido tão avidamente esse papel social. 6

O economista inglês John Jewkes sugere o papel adequadamente limitado para a previsão econômica, bem como para a economia aplicada em geral:

"Sugiro que os economistas não podem, sem sair de sua disciplina, prever no sentido de nos dizer o que acontecerá no futuro (...)

No sentido mais geral, não existe, de fato, o futuro econômico. Só existe o futuro em que os fatores econômicos estão ligados, de forma entrelaçada e sem esperança de identificação separada, com todo o universo de forças determinando o curso dos acontecimentos (...) Qualquer um que se propõe a olhar para ele [o futuro] antes do acontecimento deve ter como domínio toda a experiência e o conhecimento. Ele deve deixar de se comportar como especialista, o que significa que ele deve deixar de se comportar como economista (...)

A afirmação do economista de autoridade preditiva deve ser falsa, pois leva a um absurdo palpável. Se o futuro econômico pode, de fato, ser descrito, por que não também o futuro científico, o futuro político, o futuro social, o futuro em todos os sentidos?

Por que não deveríamos ser capazes de sondar todos os mistérios do tempo futuro?" 7

Qual é, então, a visão praxeológica da função da economia aplicada? O praxeólogo contrasta, por um lado, o corpo de leis nomotéticas qualitativas desenvolvidas pela teoria econômica e, por outro, uma miríade de fatos históricos únicos e complexos do passado e do futuro. É

irônico que, embora o praxeólogo seja geralmente denunciado pelo positivista como um "apriorista extremo", ele na verdade tenha uma atitude muito mais empírica em relação aos fatos da história. Pois o positivista está sempre tentando comprimir fatos históricos complexos em moldes artificiais, considerando-os homogêneos e, portanto, manipuláveis

e previsíveis por operações mecânicas, estatísticas e quantitativas na tentativa de encontrar pistas, atrasos, correlações, relações econométricas e "leis da história". Essa distorção procustiana "é empreendida na crença de que os eventos da história humana podem ser tratados da mesma maneira mecanicista que os movimentos dos átomos ou moléculas simples, desmotivados, elementos homogêneos. O positivista, portanto, ignora o fato de que, enquanto átomos e pedras não têm história, o homem, em virtude de seus atos de escolha consciente, cria uma história. O praxeólogo, ao contrário, sustenta que cada evento histórico é o resultado altamente complexo de um grande número de forças causais e, além disso, que é único e não pode ser considerado homogêneo a qualquer outro evento. Obviamente, existem semelhanças entre os eventos, mas não há homogeneidade perfeita e, portanto, não há espaço para "leis" históricas semelhantes às leis exatas da ciência física.

Embora aceite que não existem leis mecânicas da história, no entanto, o praxeólogo afirma que pode e deve usar seu conhecimento de outras ciências nomotéticas como parte de sua tentativa *verstehende* de compreender e explicar os eventos ideográficos da história. Suponhamos que o historiador econômico, ou o estudante de economia aplicada, esteja tentando explicar um rápido aumento do preço do trigo em um determinado país durante um determinado período. Ele pode trazer muitas ciências nomotéticas para suportar: as ciências da agronomia e entomologia podem ajudar a revelar que um inseto mencionado no registro histórico foi responsável por uma queda drástica na produção de trigo; os registros meteorológicos podem mostrar que as chuvas foram insuficientes; ele pode descobrir que durante o período o gosto das pessoas por pão aumentou, talvez imitando uma preferência semelhante do rei; ele pode descobrir que a oferta de dinheiro estava aumentando e aprender com a teoria econômica que um aumento na oferta de dinheiro tende a aumentar os preços em geral, incluindo, portanto, o preço do trigo. E, finalmente, a teoria econômica afirma que o preço do trigo se move inversamente com a oferta e diretamente com a demanda.

O historiador econômico combina todo o seu conhecimento científico com sua compreensão dos motivos e escolhas para tentar explicar o complexo fenômeno histórico do preço do pão.

Um procedimento semelhante é seguido no estudo de problemas históricos infinitamente mais complexos como as causas da Revolução Francesa, onde, novamente, o historiador deve combinar seu conhecimento de teorias causais em economia, estratégia militar, psicologia, tecnologia e assim por diante, com sua compreensão dos motivos e escolhas de atores individuais. Embora os historiadores possam concordar com a enumeração de todos os fatores causais relevantes no problema, eles diferem quanto ao peso a ser atribuído a cada fator. A avaliação da importância relativa dos fatores históricos é uma arte, não uma ciência, uma questão de julgamento pessoal, experiência e visão *verstehende* que divergirá de um historiador para outro. Nesse sentido, historiadores econômicos, como economistas (e de fato outros historiadores), podem chegar a um acordo qualitativo, mas não quantitativo.

Para o praxeólogo, a previsão é uma tarefa muito semelhante ao trabalho do historiador. O último tenta

"prever" os eventos do passado explicando suas causas antecedentes; da mesma forma, o previsor tenta prever os eventos do futuro com base nos eventos presentes e passados já conhecidos. Ele usa todo o seu conhecimento nomotético, econômico, político, militar, psicológico e tecnológico; mas, na melhor das hipóteses, seu trabalho é mais uma arte do que uma ciência exata. Assim, alguns previsores serão inevitavelmente melhores do que outros, e os previsores superiores tornarão os empresários, especuladores, generais e apostadores mais bem-sucedidos em eleições ou jogos de futebol. O previsor econômico, como apontou o professor Jewkes, está apenas olhando para uma parte de um todo social complexo e confuso. Para retornar ao nosso exemplo original, quando ele tenta prever o preço da manteiga, ele deve levar em consideração a lei econômica qualitativa de que o preço depende diretamente da demanda e inversamente da oferta; cabe então a ele, usando o conhecimento e a visão das condições econômicas gerais, bem como as condições econômicas, tecnológicas, políticas e climatológicas específicas do mercado de manteiga, bem como os valores que as pessoas provavelmente atribuirão à manteiga, tentar prever os movimentos da oferta e da demanda de manteiga e, portanto, seu preço, com a maior precisão possível. Na

melhor das hipóteses, ele não terá nada como uma pontuação perfeita, pois irá encalhar no fato de o livre-arbítrio alterar valores e escolhas, e a consequente impossibilidade de fazer previsões exatas do futuro. 8

CAPÍTULO 2 - A TRADIÇÃO PRAXEOLÓGICA

A tradição praxeológica tem uma longa história no pensamento econômico. Indicaremos brevemente as figuras proeminentes no desenvolvimento dessa tradição, especialmente porque esses metodologistas econômicos e seus pontos de vista foram recentemente negligenciados por economistas impregnados da visão de mundo positivista. Um dos primeiros metodologistas autoconscientes na história da economia foi o economista francês do início do século XIX, Jean-Baptiste Say. Na longa introdução de sua *magnum opus*, *A Treatise on Political Economy*. Nele, Say diz que lamenta que as pessoas:

(...) são muito aptas a supor que a verdade absoluta está confinada à matemática e aos resultados de observação cuidadosa e experimentos nas ciências físicas; imaginar que as ciências morais e políticas não contêm fatos invariáveis de verdade indiscutível e, portanto, não podem ser consideradas ciências genuínas, mas apenas sistemas hipotéticos.

Say poderia facilmente estar se referindo aos positivistas de nossos dias, cuja metodologia os impede de reconhecer que verdades absolutas podem ser alcançadas

nas ciências sociais, quando fundamentadas, como o são na praxeologia, em axiomas amplamente evidentes. Say insiste que os "fatos gerais", subjacentes ao que ele chama de" ciências morais "são indiscutíveis e fundamentados na observação universal.

"Daí a vantagem de todo aquele que, por observação distinta e precisa, pode estabelecer a existência desses fatos gerais, demonstrar sua conexão e deduzir suas consequências. Eles certamente procedem da natureza das coisas como as mandíbulas do mundo material. Não os imaginamos; são resultados que nos são revelados por meio de observação e análise criteriosas, eles podem ser admitidos por qualquer mente reflexiva."

Esses fatos gerais, de acordo com Say, são "princípios" e a ciência da

" (...) economia política, da mesma forma que as ciências exatas, é composta de alguns princípios fundamentais e de um grande número de corolários ou conclusões extraídas desses princípios. É essencial, portanto, para o avanço dessa ciência que esses princípios sejam estritamente deduzidos da observação; o número de conclusões a serem tiradas deles pode

posteriormente ser multiplicado ou diminuído a critério do inquiridor, de acordo com o objeto que ele propõe"9

Aqui Say expôs outro ponto importante do método praxeológico: que os caminhos pelos quais o economista elabora as implicações dos axiomas e o sistema elaborado cujos resultados serão decididos por seus próprios interesses e pelo tipo de fatos históricos que ele está examinando. Assim, é teoricamente possível deduzir a teoria do dinheiro mesmo em uma economia de troca primitiva, onde não existe dinheiro; mas é duvidoso que um praxeólogo primitivo se desse ao trabalho de fazê-lo. Curiosamente, Say naquela data precoce viu o surgimento dos métodos estatísticos e matemáticos e os refutou do que pode ser descrito como um ponto de vista praxeológico. A diferença entre economia política e estatística é precisamente a diferença entre economia política (ou teoria econômica) e história. O primeiro é baseado com certeza em princípios gerais universalmente observados e reconhecidos; portanto, "um conhecimento perfeito dos princípios da economia política pode ser obtido, na medida em que todos os fatos gerais que compõem esta ciência podem ser descobertos." Sobre esses "fatos gerais inegáveis", "deduções rigorosas" são construídas e, nessa medida, a economia política 'repousa

sobre uma base imóvel. "A estatística, por outro lado, registra apenas o padrão em constante mudança de fatos particulares, estatísticas como a história, sendo um relato de fatos, mais ou menos incertos e necessariamente incompletos ”. Além disso, Say antecipou a visão praxeológica dos dados históricos e estatísticos como sendo eles próprios fatos complexos que precisam ser explicados.

"O estudo das estatísticas pode satisfazer a curiosidade, mas nunca pode ser produtivo quando não indica a origem e as consequências dos fatos que coletou; e ao indicar sua origem e consequências, imediatamente se torna a ciência da economia política." Em outra parte do ensaio, Say debocha da credulidade do público em relação às estatísticas: "Às vezes, além disso, uma exibição de números e cálculos os impõe; como se os cálculos numéricos por si só pudessem provar qualquer coisa, e como se qualquer regra pudesse ser estabelecida , a partir da qual uma inferência poderia ser tirada sem o auxílio de um raciocínio sólido. " 10

Say continua a questionar incisivamente o valor da matemática na construção da teoria econômica, mais uma vez se referindo à estrutura dos axiomas básicos, ou

princípios gerais, para seu argumento. Pois a economia política se preocupa com os valores dos homens, e esses valores estando "sujeitos à influência das faculdades, das necessidades e dos desejos da humanidade, não são suscetíveis de qualquer avaliação rigorosa e, portanto, não podem fornecer dados para cálculos absolutos. ciência política, tudo o que é essencial é um conhecimento da conexão entre as causas e suas consequências. Investigando mais profundamente o então único uso embrionário do método matemático na economia, Say aponta que as leis da economia são estritamente qualitativas: " Podemos, por exemplo, saber que, em qualquer ano, o preço do vinho dependerá infalivelmente da quantidade a ser vendida, em comparação com a extensão da demanda. Mas, "se desejamos submeter esses dois dados a cálculos matemáticos", então se torna impossível chegar a previsões quantitativas precisas das inúmeras forças em constante mutação: o clima, a quantidade da colheita, a qualidade do produto, o estoque de vinho retido da safra anterior, a quantidade de capital, as possibilidades de exportação, o fornecimento de bebidas substitutas e os gostos e valores variáveis dos consumidores. 11

Say oferece uma visão altamente perspicaz sobre a natureza e as prováveis consequências da aplicação da matemática à economia. Ele argumenta que o método matemático, com sua aparente exatidão, só pode distorcer gravemente a análise da ação humana qualitativa ao esticar e simplificar demais os insights legítimos dos princípios econômicos:

"As pessoas que fingiram fazê-lo não foram capazes de enunciar essas questões em linguagem analítica, sem privá-las de sua complicação natural, por meio de simplificações e supressões arbitrárias, cujas consequências não foram devidamente estimadas, sempre muda essencialmente a condição do problema e perverte todos os seus resultados; de modo que nenhuma outra inferência pode ser deduzida de tais cálculos além da fórmula arbitrariamente assumida." 12

Em contraste com as ciências físicas, onde as leis explicativas ou princípios gerais estão sempre no reino do hipotético, na praxeologia é fatal introduzir supersimplificação e falsidade nas premissas, pois então as conclusões deduzidas delas serão irremediavelmente falhas. 13

Se a matemática e a estatística não fornecem o método adequado para o economista político, qual método é apropriado? O mesmo caminho que ele seguiria em sua vida diária. "Ele examinará os elementos imediatos do problema proposto e, após tê-los verificado com certeza (...) Avaliará aproximadamente suas influências mútuas com a rapidez intuitiva de um entendimento esclarecido. (...)" 14 Em resumo, as leis do economista político são certas, mas sua combinação e aplicação a qualquer evento histórico dado é realizada, não por métodos pseudo-quantitativos ou matemáticos, que distorcem e simplificam, mas apenas pelo uso de *Verstehen*, "a rapidez intuitiva de uma compreensão iluminada. "

Os primeiros economistas a devotar sua atenção especificamente à metodologia foram três importantes economistas da Grã-Bretanha em meados do século XIX: John E. Cairnes, Nassau W. Senior e John Stuart Mill. Cairnes e Senior, pelo menos, podem ser considerados proto praxeólogos. Cairnes, depois de concordar com Mill que não pode haver experimentos controlados nas ciências sociais, acrescenta que estas têm, no entanto, uma vantagem crucial sobre as ciências físicas. Pois, neste último,

“a humanidade não tem conhecimento direto dos princípios físicos finais. A lei da gravidade e as leis do movimento estão entre os princípios mais bem estabelecidos e mais seguros; mas qual é a evidência em que se baseiam? Não os guardamos em nossa consciência, refletindo sobre o que se passa em nossas mentes; nem podem ser tornadas aparentes aos nossos sentidos (...) a prova de todas essas leis, em última análise, resolvendo-se nisto, que, supondo que existam, elas explicam os fenômenos.”

Em contraste, no entanto,

“O economista começa com um conhecimento das causas últimas. Ele já está, desde o início de sua empresa, na posição que o físico só alcança depois de anos de pesquisas trabalhosas. Se alguém duvida disso, deve apenas considerar quais são os princípios últimos que regem os fenômenos econômicos (...): certos sentimentos mentais e certas propensões animais nos seres humanos; [e] as condições físicas sob as quais a produção ocorre: (...) Para a descoberta de tais premissas nenhum processo elaborado de indução é necessário (...) por esta razão, que temos, ou poderemos ter se quisermos voltar a atenção para o assunto,

conhecimento direto dessas causas em nossa consciência do que se passa em nossas próprias mentes, e na informação que nossos sentidos nos transmitem (...) sobre fatos externos. Todo aquele que embarca em qualquer atividade industrial está consciente dos motivos que o levam a fazê-lo. Ele sabe que o faz por um desejo, para qualquer propósito, de possuir riquezas; ele sabe que, de acordo com suas luzes, ele prosseguirá em direção ao seu fim no caminho mais curto que se abre para ele.” 15

Cairnes prossegue apontando que o economista usa o experimento mental em substituição ao experimento de laboratório do cientista físico. Cairnes demonstra que as leis econômicas deduzidas são leis de "tendência", ou "se-então" e, além disso, que são necessariamente qualitativas e não podem admitir expressão matemática ou quantitativa. Assim, ele também afirma que é impossível determinar com precisão quanto o preço do trigo aumentará em resposta a uma queda na oferta; por um lado, "é evidente que a disposição das pessoas de sacrificar um tipo de gratificação por outro - sacrificar a vaidade ao conforto, ou a decência pela fome - não é suscetível de medida precisa. ..." 16 No prefácio em sua segunda edição, duas décadas depois em 1875, Cairnes

reiterou sua oposição à crescente aplicação do método matemático à economia, que, em contraste com seu uso nas ciências físicas, não pode produzir novas verdades; "e a menos que possa ser mostrado ou que os sentimentos mentais admitam ser expressos em formas quantitativas precisas, ou, por outro lado, que os fenômenos econômicos não dependem de sentimentos mentais, não consigo ver como essa conclusão pode ser evitada". 17

O contemporâneo mais velho de Cairnes, Nassau Senior, foi o praxeólogo mais importante daquela época. Antes de Senior, economistas clássicos como John Stuart Mill colocaram as premissas fundamentais da economia no terreno instável de serem hipóteses; a hipótese principal era que todos os homens agem para obter o máximo de riqueza material. Visto que isso nem sempre é verdade, Mill teve de admitir que a economia era apenas uma ciência hipotética e aproximada. Senior ampliou a premissa fundamental para incluir riqueza ou satisfação imaterial, um princípio completo, apodítico e universalmente verdadeiro, baseado na compreensão da natureza da ação humana em busca de metas.

“Ao afirmar que todo homem deseja obter riqueza adicional com o mínimo de sacrifício possível, não

devemos supor que queremos dizer que todos (...) desejam uma quantidade indefinida de tudo (...) O que queremos dizer é que nenhuma pessoa sente que todo o seu corpo está minguando para ser suprido de forma adequada; que cada pessoa tem alguns desejos insatisfeitos que acredita que uma riqueza adicional seria gratificante. A natureza e urgência dos desejos de cada indivíduo são tão variados quanto as diferenças no caráter individual.” 18

Em contraste com as ciências físicas, Senior apontou, a economia e as outras "ciências mentais" extraem suas premissas dos fatos universais da consciência humana:

“As ciências físicas, sendo apenas secundariamente familiarizadas com a mente, extraem suas premissas quase exclusivamente da observação ou hipótese. Aqueles que tratam apenas de magnitude ou número, (...) as ciências puras, extraem-nos totalmente de hipóteses (...) Eles desconsideram quase inteiramente o fenômeno da consciência (...) Por outro lado, as ciências mentais e as artes mentais extraem suas premissas principalmente da consciência. Os assuntos com os quais eles estão mais familiarizados são: o funcionamento da mente humana.” 19

Estas últimas premissas são "muito poucas proposições gerais, que são o resultado da observação, ou consciência, e que quase todo homem, assim que as ouve, admite, como familiares ao seu pensamento, ou pelo menos, como incluídas em seu conhecimento prévio. 20

Durante as décadas de 1870 e 1880, a economia clássica foi substituída pela escola neoclássica. Neste período, o método praxeológico foi continuado e desenvolvido pela Escola Austríaca, fundada por Carl Menger da Universidade de Viena e continuado por seus dois discípulos mais eminentes, Eugen von Bohm-Bawerk e Friedrich von Wieser. Foi com base em seu trabalho que Ludwig von Mises, aluno de Bohm-Bawerk, mais tarde fundou a praxeologia como uma metodologia autoconsciente e articulada. 21

Como estava fora da moda intelectual cada vez mais popular do positivismo e da matemática, no entanto, a Escola Austríaca foi muito negligenciada nos últimos anos e descartada como uma aproximação doentia da teoria matemática positivista da Escola de Lausanne, fundada por Leon Walras de Lausanne e continuado pelo economista e sociólogo italiano Vilfredo Pareto.

Alguns seguidores ou observadores simpáticos, entretanto, fizeram investigações sobre a metodologia da Escola Austríaca. Leland B. Yeager observa o que agora vemos como a visão tipicamente praxeológica da vantagem única da teoria econômica sobre as ciências físicas: "Embora os elementos básicos da interpretação teórica nas ciências naturais, como, ele [Menger] diz, como forças e átomos, não podem ser observados diretamente, os elementos de explicação na economia - indivíduos humanos e seus esforços - são de natureza empírica direta. Além disso, "os fatos que os economistas induzem a partir do comportamento de si próprios e de outras pessoas servem como axiomas de que um corpo útil de teoria econômica pode ser deduzido logicamente, assim como na geometria um corpo impressionante de teoremas pode ser deduzido de alguns axiomas. "Em suma," Menger concebeu a teoria econômica como um corpo de deduções do básico princípios tendo uma base empírica forte. Referindo-se aos economistas positivistas dominantes de nossos dias, Yeager acrescenta perceptivelmente,

“Não compartilhando (...) a compreensão de Menger de como o conteúdo empírico entra na chamada "teoria de poltrona", muitos economistas de nossos dias

aparentemente consideram o trabalho teórico e empírico como dois campos distintos. A manipulação de relações funcionais assumidas arbitrariamente é justificada nas mentes de tais economistas pela ideia de que o teste empírico de teorias contra o mundo real é indireto."22

Outros escritores descobriram ligações entre o método austríaco e várias vertentes da *philosophia perennis*. Assim, Emil Kauder encontra uma estreita relação entre este método e a filosofia aristotélica, que ainda era influente na Áustria no final do século XIX. Kauder aponta que todos os austríacos eram "ontologistas sociais" e que, como tais, acreditavam em uma estrutura da realidade "tanto como um ponto de partida lógico quanto como um critério de validade". Ele observa a declaração de Mises de que as leis econômicas são "fatos ontológicos" e ele caracteriza como ontológica e aristotélica a preocupação de Menger e seus seguidores em descobrir as "essências" dos fenômenos, em vez de tratar quantidades econômicas superficiais e complexas. Kauder também aponta que, para Menger e os austríacos, a teoria econômica lida com tipos e relações típicas, que fornecem um conhecimento que transcende o caso concreto imediato e é válido para todos os tempos e lugares. Os casos históricos concretos são, portanto, a

"matéria" aristotélica que contém potencialidades, ao passo que as leis e os tipos são as "formas" aristotélicas que atualizam o potencial. Para os austríacos, e especialmente para Bohm-Bawerk, além disso, a causalidade e a teleologia eram idênticas. Em contraste com a abordagem de determinação funcional mútua de Walras e dos economistas contemporâneos, os austríacos atribuíram as causas dos fenômenos econômicos aos desejos e escolhas dos consumidores. Wieser enfatizou especialmente a fundamentação da teoria econômica na experiência interior da mente. 23

Além disso, Ludwig M. Lachmann, contrastando as escolas austríaca e Lausanne, mostra que os austríacos estavam se esforçando para construir uma "ciência social *verstehende*", o mesmo ideal que Max Weber mais tarde defenderia. Lachmann assinala que os economistas ricardianos mais velhos adotaram o método "objetivo" das ciências naturais na medida em que seu foco principal estava no problema quantitativo da distribuição de renda. Em sua análise, os fatores de produção (terra, trabalho e bens de capital) reagem mecanicamente às mudanças econômicas externas. Mas, em contraste, "a teoria austríaca é 'subjetiva' também no sentido de que os indivíduos ... realizam atos e emprestam a marca de sua

individualidade aos eventos no mercado." Quanto ao contraste entre a Áustria e Lausanne,

“é o contraste entre aqueles [Lausanne] que se limitam a determinar as magnitudes apropriadas dos elementos de um sistema (as condições de equilíbrio) e aqueles [os austríacos] que tentam explicar os eventos em termos dos atos mentais dos indivíduos que os moldam. A maioria dos pensadores austríacos estava vagamente ciente desse contraste, mas antes de Hans Mayer, Mises e Hayek eram incapazes de expressá-lo de forma concisa. A validade do modelo de Lausanne é limitada a um mundo estacionário. O pano de fundo da teoria austríaca por contraste, é um mundo de mudanças contínuas no qual os planos devem ser concebidos e continuamente revisados.” 24

Podemos concluir este esboço da história da tradição praxeológica na economia tratando de um debate importante, mas muito negligenciado, sobre metodologia econômica, ocorrido na virada do século XX entre Pareto e o filósofo Benedetto Croce. Croce, partindo de sua própria posição praxeológica altamente desenvolvida, abriu o debate censurando Pareto por ter escrito que a teoria econômica era uma espécie de mecânica.

Rejeitando vigorosamente essa visão, Croce assinala que um fato em mecânica é um mero fato, que não requer nenhum comentário positivo ou negativo; ao passo que palavras de aprovação ou desaprovação podem ser aplicadas apropriadamente a um fato econômico. A razão é que os verdadeiros dados da economia “não são coisas e objetos físicos, mas ações. O objeto físico é apenas a matéria bruta de um ato econômico” (...) 25

Os dados econômicos, então, são atos do homem, e esses atos são o resultado de uma escolha consciente.

Em sua longa resposta, Pareto reitera a semelhança entre economia e mecânica e, como os positivistas de hoje, defende pressupostos mecanicistas irrealistas como simples abstrações da realidade, à maneira suposta das ciências naturais. Professando, em uma estratégia positivista típica, para não "entender" o conceito de valor, Pareto escreve: "Vejo (...) que você emprega o termo valor (...) Eu não o uso mais porque não sei o que seria transmitir a outras pessoas (...)"O conceito de valor é vago e complexo e não sujeito a medição; portanto, "as equações da economia pura estabelecem relações entre quantidades de coisas, portanto relações objetivas, e não relações entre conceitos mais ou mais precisos de nossas

mentes". 26 "Criticando a evidente concentração de Croce nas essências da ação econômica, como exemplificado em sua insistência em que "não se deve estudar as coisas que são resultado das ações, mas as próprias ações", Pareto reclama que esse método é uma antiga falácia científica.

“Os antigos invocavam cosmogonias em vez de estudar astronomia, questionavam os princípios dos elementos água e fogo (...), em vez de estudar química. A ciência antiga queria proceder da origem aos fatos. A ciência moderna parte dos fatos e prossegue em direção à origem em um ritmo extremamente lento." Normalmente, Pareto apresenta a posição objetivista e positivista argumentando a partir da analogia do método das ciências naturais, portanto, questionando completamente se as metodologias das ciências naturais e sociais deveriam ou não ser semelhantes. Assim, ele conclui que "a ciência procede substituindo as relações entre os conceitos humanos (relações essas que são as primeiras a nos ocorrer) por relações entre as coisas”. 27

Croce responde criticando a restrição de Pareto da economia a quantidades mensuráveis como arbitrária; pois e quanto àquelas situações econômicas em que os

objetos de ação ou troca não são mensuráveis? Croce responde criticando a restrição de Pareto da economia a quantidades mensuráveis como arbitrária; pois e quanto àquelas situações econômicas em que os objetos de ação ou troca não são mensuráveis? Croce sugere que é Pareto quem está realmente sendo metafísico, enquanto Croce é o verdadeiro empirista. Pois "seu postulado metafísico implícito é (...) este: que os fatos da atividade do homem são da mesma natureza que os fatos físicos; que, em um caso como no outro, podemos apenas observar a regularidade e deduzir consequências disso, sem nunca penetrar em a natureza íntima dos fatos (...)Como você defenderia este seu postulado, exceto por um monismo metafísico (...)?" Em contraste, escreve Croce, "ouso experimentar. Isso me testemunha a distinção fundamental entre externo e interno, entre físico e mental, entre mecânica e teleologia, entre passividade e atividade ..." Quanto ao valor, é realmente um termo simples envolvido na atividade humana: "O valor é observado imediatamente em nós mesmos, em nossa consciência." 28

Em sua réplica, Pareto começa com um exemplo típico de insensibilidade metafísica: Ele não acredita que "os fatos da atividade do homem são da mesma natureza que

os fatos físicos" porque ele não sabe o que pode ser "natureza". Ele continua a reiterar vários exemplos da ciência física para demonstrar a metodologia adequada para todas as disciplinas. Ele deseja seguir os "mestres da ciência positiva" em vez de meros filósofos. Pareto conclui com um resumo conciso das diferenças entre os dois homens e as duas metodologias:

*“Nós experimentalistas (...) aceitamos hipóteses não por qualquer valor intrínseco que possam ter, mas apenas na medida em que produzam deduções que estejam em harmonia com os fatos. Vós, considerando a natureza das coisas independentemente das demais, estabeleçais uma determinada proposição A, e daí desça aos fatos concretos B. Podemos aceitar a proposição A, mas apenas como uma hipótese, portanto, não fazendo a menor tentativa de provar isto. (...) Aí a gente vê o que se pode deduzir disso. Se essas deduções concordam com os fatos, aceitamos a hipótese, por enquanto, é claro, porque não consideramos nada como final ou absoluto.”*29

CAPÍTULO 3 - O INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO

Apenas o indivíduo possui uma mente; apenas o indivíduo pode sentir, ver, realizar e entender; apenas o indivíduo pode adotar valores e fazer escolhas; apenas o indivíduo pode agir. Este princípio primordial do "individualismo metodológico", central ao pensamento social de Max Weber, deve fundamentar tanto a praxeologia quanto todas as outras ciências da ação humana. Ele implica que conceitos coletivos como grupos, nações e estados não agem ou não existem realmente; eles são apenas construções metafóricas utilizadas para descrever as ações similares ou conjuntas de indivíduos. Em suma, não existem "governos" por si sós; existem apenas indivíduos agindo harmoniosamente de uma maneira "governamental". Max Weber coloca de forma cristalina:

"Estes coletivos devem ser tratados unicamente como sendo os resultados e os modos de organização das ações particulares de agentes individuais, uma vez que apenas estes podem ser tratados como agentes no curso de uma ação subjetivamente compreensível. (...) Para propósitos sociológicos (...) não existe algo como uma

'personalidade coletiva que "age"'. Quando se faz referências, em um contexto sociológico, às (...) coletividades, está-se na verdade se referindo . . . somente a um certo tipo de desenvolvimento das ações sociais possíveis ou efetivas de pessoas específicas." 30

Ludwig von Mises destaca que o que diferencia a ação puramente individual daquela de indivíduos agindo como membros de um coletivo é o diferente significado atribuído pelas pessoas envolvidas:

"É o significado que os agentes individuais, e todos que são afetados pela sua ação, atribuem a uma ação o que determina o seu caráter. É o significado que distingue uma ação como ação de um indivíduo e outra como ação do estado ou da municipalidade. É o carrasco, e não o estado, quem executa um criminoso. É o significado daqueles interessados na execução que distingue, na ação do carrasco, uma ação do estado. Um grupo de homens armados ocupa um local. É o significado destes envolvidos que imputa esta ocupação não aos soldados e oficiais, mas à sua nação." 31

Em sua importante obra metodológica, o discípulo de Mises, F.A. Hayek, demonstrou que a falácia de se tratar construções coletivas como sendo "conjuntos sociais"

("capitalismo", "a nação", "a classe") sobre os quais se é possível deduzir leis têm origem na insistência objetivista-behaviorista de se considerar os homens apenas a partir de seu exterior, como se fossem pedras, em vez de tentar entender como suas ações são subjetivamente determinadas.

“Ela [a visão objetivista] trata os fenômenos sociais não como algo do qual a mente humana faz parte e não como algo cujos princípios organizacionais podemos construir a partir de partes conhecidas, mas sim como se eles fossem objetos diretamente percebidos por nós como conjuntos (...) Existe a ideia um tanto quanto vaga de quem uma vez que os "fenômenos sociais" devem ser objeto de estudo, o procedimento óbvio é começar a partir da observação direta destes "fenômenos sociais", em que a utilização popular de termos como "sociedade" ou "economia" é ingenuamente considerada como evidência de que deve haver "objetos" definidos que correspondem a eles” 32

Hayek complementa dizendo que enfatizar o significado da ação individual revela que, "o que conseguimos entender diretamente dos complexos sociais são apenas as partes, pois o todo nunca é percebido diretamente; ele

sempre é reconstruído por meio de um esforço de nossa imaginação".33

Alfred Schütz, o notório construtor do método da fenomenologia aplicado às ciências sociais, nos relembrou da importância de se retornar "ao 'homem esquecido' das ciências sociais, ao agente do mundo social cujos afazeres e sentimentos residem na origem de todo o sistema. Nós, então, procuramos entendê-lo a partir destes afazeres e sentimentos e do estado de espírito que o induziu a adotar atitudes específicas relativas ao seu ambiente social". Schütz acrescenta que "para uma teoria sobre a ação, o ponto de vista subjetivo deve ser conservado ao máximo, sendo que, na ausência deste, esta teoria perde suas fundamentações básicas, qual seja, sua referência ao mundo social da vida cotidiana e da experiência". Desprovida desta fundamentação, as ciências sociais tendem a substituir o "mundo da realidade social" por um irreal mundo fictício, todo ele construído pelo cientista observador. Ou, como Schütz coloca sucintamente: "Eu não posso entender algo social sem antes reduzi-lo à atividade humana que o criou; mais ainda, sem remeter esta atividade humana aos motivos que a originaram". 34

Arnold W. Green demonstrou recentemente como o uso de conceitos coletivos inválidos prejudicou a disciplina da sociologia. Ele destaca o crescente uso de "sociedade" como uma entidade que pensa, sente e age, e, em anos recentes, foi a responsável por perpetrar todas as desgraças sociais. Por exemplo, é a "sociedade", e não o criminoso, quem geralmente é considerada a responsável pelos crimes. Para muitos, a "sociedade" é considerada quase que demoníaca, uma "vilã materializada" que "pode ser atacada à vontade, acusada aleatoriamente, ridicularizada e escarnecida com uma fúria virtuosa e fanática, [e] pode até ser derrubada por decreto ou pelo anseio utópico — e, de alguma forma, tudo continuará funcionando perfeitamente." Green complementa dizendo que "se, por outro lado, a sociedade é vista como pessoas cujas relações sociais instáveis são preservadas apenas pela submissão às regras morais, então a área de livre escolha permitida, na qual se pode fazer demandas, questionar e solapar desejos com impunidade, está severamente restringida."

Ademais, se entendermos que "a sociedade" não existe por si só, mas é uma criação feita a partir de indivíduos, então dizer que "a sociedade é a responsável pelos crimes, e os criminosos não são os responsáveis pelos crimes que

cometem, é o mesmo que dizer que apenas os membros da sociedade que não cometeram crimes devem ser considerados os responsáveis pelos crimes. Este óbvio absurdo só pode ser contornado caso se considere a sociedade como o diabo encarnado, um mal exterior e isolado das pessoas e do que elas fazem".35

A ciência econômica está repleta de falácias que surgiram quando metáforas sociais coletivas passaram a ser tratadas como se fossem objetos reais. Assim, durante a era do padrão-ouro, era comum o temor de que "a Inglaterra" ou "a França" corriam grande perigo porque "elas" estavam perdendo ouro. O que realmente aconteceu foi que ingleses e franceses estavam voluntariamente enviando ouro para o exterior e, com isso, ameaçando os banqueiros de seus países com a necessidade de cumprirem suas obrigações de restituir depósitos em um volume de ouro que eles não mais possuíam. Porém, o uso da metáfora coletiva transformou um grave problema do setor bancário em uma confusa crise nacional pela qual cada cidadão era, de alguma forma, o responsável.

Similarmente, durante os anos de 1930 e 1940, muitos economistas proclamaram que, diferentemente das

dívidas contraídas no exterior, o tamanho da dívida pública nacional era irrelevante porque "nós devemos para nós mesmos". A implicação era a de que o indivíduo, do ponto de vista nacional e coletivo, devia dinheiro "para ele mesmo", bastando para saldar esta dívida mover o dinheiro que estava no bolso do lado direito da calça para o bolso do lado esquerdo. Esta explicação, no entanto, obscurece o fato de que faz uma enorme diferença saber a qual dos dois pronomes coletivos você pertence: ao "nós" (o infeliz pagador de impostos) ou ao "nós mesmos" (aqueles que vivem da renda oriunda dos impostos).

Às vezes, o conceito coletivo é tratado descaradamente como um organismo biológico. Assim, o conceito popular de crescimento econômico implica que toda economia está, de alguma forma, como um organismo vivo, destinada a "crescer" de uma maneira predeterminada. O uso de tais termos análogos é uma tentativa de ignorar, e até mesmo de negar, a vontade e a consciência individual nos assuntos econômicos e sociais. Como escreveu Edith Penrose em uma crítica ao uso do conceito de "crescimento" no estudo de empresas:

“Quando analogias biológicas explícitas surgem na ciência econômica, elas são extraídas exclusivamente daquele aspecto da biologia que lida com o comportamento imotivado dos organismos (...) não existe nenhuma razão para se acreditar que o padrão de crescimento de um organismo biológico é determinado pela vontade do próprio organismo. Por outro lado, temos todos os motivos do mundo para acreditar que o crescimento de uma empresa é determinado pela vontade daqueles que tomam as decisões da empresa (...) . e a prova disso está no fato de que ninguém pode descrever o desenvolvimento de uma dada empresa qualquer (...) a não ser que seja em termos das decisões tomadas por indivíduos.” 36

Não há melhor maneira de resumir a natureza da praxeologia e o papel da teoria econômica em relação a eventos históricos concretos do que aquela presente na discussão de Alfred Schütz sobre a metodologia econômica e Ludwig von Mises:

“Nenhuma ação econômica pode ser concebida sem alguma referência a um agente econômico, mas este último é absolutamente anônimo; ele não é você, nem eu, nem um empreendedor, nem mesmo um "homem

econômico", mas um puro e universal "indivíduo". É por esta razão que as proposições da teoria econômica possuem aquela "validade universal" que confere a elas a idealidade do "e assim por diante" e "posso fazer novamente".

No entanto, pode-se estudar o agente econômico como tal e tentar descobrir o que se passa em sua mente; logicamente, não se estaria fazendo teorizações econômicas, mas sim história econômica ou sociologia econômica (...) Entretanto, os enunciados destas ciências não podem reivindicar nenhuma validade universal, pois elas lidam tanto com sentimentos econômicos de específicos indivíduos históricos quanto com tipos de atividades econômicas para as quais as ações econômicas em questão são manifestas.

(...)

De acordo com nossa visão, a ciência econômica pura é um exemplo perfeito de um complexo de significado objetivo sobre uma configuração de significado subjetivo — complexos, em outras palavras, de um significado objetivo — estipulando as típicas e invariáveis experiências subjetivas de qualquer pessoa que aja dentro de uma estrutura econômica(...) Teria de ser excluído de

tal cenário qualquer consideração acerca do uso a que os "bens" serão destinados depois de terem sido adquiridos. Porém, tão logo voltamos nossa atenção para o significado subjetivo de um indivíduo real, deixando o anônimo "qualquer um" de lado, então logicamente faz sentido falar de comportamento atípico (...) Não há dúvida de que este comportamento é irrelevante do ponto de vista da ciência econômica, e é neste sentido que os princípios econômicos são, nas palavras de Mises, "não uma declaração do que geralmente ocorre, mas uma declaração sobre o que necessariamente deve ocorrer".37

NOTAS DE RODAPÉ

1. Sobre isso, veja Andrew G. Van Melsen, *The Philosophy of Nature* (Pittsburgh: Duquesne University Press, 1953).

2. Portanto, o fato de que as pessoas devem agir para alcançar seus objetivos implica que há uma escassez de meios para alcançá-los; caso contrário, os objetivos já teriam sido alcançados. A escassez implica custos, que em um sistema monetário (desenvolvido muito mais tarde na elaboração lógica) são refletidos novamente nos preços, e assim por diante. Para um desenvolvimento conscientemente praxeológico da teoria econômica, consulte Ludwig von Mises, *Human Action* (New Haven: Yale University Press, 1949) e Murray N. Rothbard, *Man, Economy, and State*, 2ª ed. (Kansas City: Sheed Andrews e McMeel, 1970).

3. "Não é (...) compreensível que os mesmos autores que estão convencidos de que nenhuma verificação é possível para a inteligência de outros seres humanos tenham tanta confiança no próprio princípio da verificabilidade, que só pode ser realizada através da cooperação mútua com outros ao controle." Alfred Schutz, *Collected Papers*, vol. 2, Studies in Social Theory, ed. A. Brodersen (Haia: Nijhoff, 1964), p. 4

4. Alfred Schutz, *Collected Papers*, vol. I, The Problem of Social Reality, ed. Maurice Natanson (The Hague: Nijhoff, 1962), p. 65; ver também pp. 166, bem como Peter Winch, "*Philosophical Bearings*," e Maurice Natanson, "*A Study in Philosophy and the Social Sciences*", em Philosophy of the Social Sciences: A Reader, ed. Maurice Natanson (Nova York: Random House, 1963). Sobre a

importância do senso comum, pressupostos pré-científicos da ciência de uma perspectiva filosófica ligeiramente diferente, ver Van Melsen, Philosophy of Nature, pp. 6-29

5. Ver Victor Zarnowitz, *An Appraisal of Short-Term Economic Forecasts* (Nova York: National Bureau of Economic Research, 1967). Para um registro dos problemas de previsão, consulte "*Bad Year for econometrics*", Business Week, 20 de dezembro de 1969, pp. 36-40.

6. O economista inglês P.T. Bauer distingue adequadamente entre previsão científica e previsão: “A previsão, no sentido da avaliação dos resultados de ocorrências ou condições especificadas, deve ser distinguida da previsão de eventos futuros. Mesmo que a previsão que os produtores de um determinada safra responder a um preço mais alto produzindo mais está correto, esta previsão não nos permite prever com precisão a produção do próximo ano (muito menos a colheita em um futuro mais distante), que no caso será afetada por muitos fatores além de mudanças no preço." Peter T. Bauer, Análise Econômica e Política em Países Subdesenvolvidos (Durham, N.C.: Duke University Press, 1957), pp. 10-11; ver também pp. 28,32.

7. John Jewkes, “*The Economist and Economic Change*," in Economics and Public Policy (Washington, D.C.: Brookings Institution, 1955), pp. 82-83.

8. Podemos citar aqui a conhecida refutação da noção de predição do futuro por Karl Popper, a saber, que para predizer o futuro teríamos de predizer que conhecimento possuiremos no futuro. Mas não podemos fazer isso, pois se soubéssemos qual seria nosso

conhecimento futuro, já estaríamos de posse desse conhecimento no presente. Ver Karl R. Popper, *The Poverty of Historicism* (Nova York: Harper & Row, 1964), pp. vi-viii.

9. Jean-Baptiste Say, *A Treatise on Political Economy*, trans. C. C. Biddle (New York: Kelley, 1964), pp. :xiv. xxv, xiv, xxvi.

10. Ibid., pp. xix-xx, li.

11. Ibid., pp. xxvi, xxvi n.

12. Ibid., p. xxvi n.

13. um dos aspectos mais perniciosos do domínio atual da metodologia positivista na economia tem sido precisamente essa injeção de premissas falsas na teoria econômica. O principal positivista extremo da economia, Milton Friedman, chega ao ponto de exaltar o uso de premissas reconhecidamente falsas na teoria, uma vez que, de acordo com Friedman, o único teste de uma teoria é se ela prevê com sucesso. Ver Milton Friedman, "*The Methodology of Positive Economics*", em Essays in Positive Economics (Chicago: University of Chicago Press, 1953), pp. 3-46. Sobre as numerosas críticas e discussões da tese de Friedman, ver em particular Eugene Rotwein, "*On 'The Methodology of Positive Economics'*", Quarterly Journal of Economics 73 (novembro de 1959): 554-575; Paul A. Samuelson, "*Discussion*," American Economic Review, Papers and Proceedings 53 (maio 1963): 131-236; Jack Meltz, "*Friedman e Machlup on the Significance of Testing Economic: Assumptions*", Journal of Political Economy 73 (fevereiro de 1965): 37-60.

14. Say*, Treatise on Political Economy,* p. xxvi n.

15. J. E. Cairnes, *The Character and Logical Method of Political Economy* (1857; 2ª ed., London: Macmillan, 1875, repr. 1888), pp. 83, 87-88. A ênfase de Cairnes e outros economistas clássicos na riqueza como o objetivo da ação econômica foi modificada por economistas praxeológicos posteriores para incluir toda forma de satisfações psicológicas, das quais aquelas provenientes da riqueza material são apenas um subconjunto. Uma discussão semelhante à de Cairnes pode ser encontrada em F. A. Hayek, "*The Nature and History of the Problem*", em Hayek, ed., Collectivist Economic Plonning (Londres: Routledge, 1935), pp. 10-11

16. Cairnes, *Character and Logical Method*, p. 127.

17. lbid., p. v.

18. Nassau William Senior, An Outline of the Science of Political Economy (1836;repr., New York: Kelley, n.d.), p. 27.

19. *Marian Bowley, Nassau Senior and Classical Economics (New York: Kelley, 1949), p. 56.*

20. Ibid, p. 43. Veja também p. 64, onde Bowley aponta a semelhança entre as visões metodológicas de Senior e a praxeologia de Ludwig von Mises.

21. O exemplo notável é Mises, *Human Action*. Ver a também *Theory and History* (New Haven: Yale University Press, 1957); *The Ultimate Foundation of Economic Science* (Kansas City: Sheed Andrews e McMeel, 1978); e *Epistemological Problems of Economics* (Princeton, N.J .: Van Nostrand, 1960). Ver também F. A. Hayek, *The Counter-Revolution of Science* (Glencoe, III.: Free:

Press, 1955); Lionel Robbins, *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, 2a ed. (Londres: Macmillan, 1949); e Israel M. Kirzner, *The Economic Point of View*, 2ª ed. (Kansas City: Sheed Andrews e McMeel, 1976).

22. Letand B. Yeager, "*The Methodology of Henry George and Carl Menger*," American Journal of Economics and Sociology 13 (abril de 1954): 235, 238.

23. Emil Kauder, "*Intellectual and Political Roots of the Older Austrian School*,"'Zeitschrift für Nationalökonomie 17, no. 4 (1958):411-425.

24. Artigo em inglês de Ludwig M. Lachmann, "*Die geistesgeschichtliche Bedeutung der österreichischen Schule in der Volkswirtschaftslehre*," Zeitschrift fur Nationalökonomie 26, nos. 1-3 (1966): 152-167, em *Journal of Economic Abstracts* 5 (September 1967):553-554. Ver também Lachmann, "Methodological Individualism and the Market Economy," em *Roads to Freedom: Essays in Honor of Friedrich A. von Hayek*, ed. E. Streissler (New York: Kelley, 1969), pp. 89·103; e Israel M. Kirzner, "*Methodological Individualism, Market Equilibrium, and Market Process*," II Politico 32, no. 4 (Dezembro de 1967):787-799

25. Benedetto Croce, "*On the Economic Principle: I*" (1900), International Economic Papers, no. 3 (1953), pp. 173, 175. Sobre as visões de Croce sobre economia, ver Giorgio Tagliacozzo, "*Croce and the Nature of Economic Science*," Quarterly Journal of Economics 59 (maio 1945): 307-329. Sobre o debate Croce-Pareto, veja Kirzner, *Economic Point of View*, pp. 155 - 157. É interessante que o economista wolrasiano Joseph Schumpeter, em seu único

trabalho não traduzido, *Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalokonomie* (Leipzig: Duncker e Humblot, 1908), declarou especificamente que o economista deve tratar apenas as mudanças nas "quantidades econômicas "como se tivessem sido causados automaticamente, sem referência aos seres humanos que possam ter estado envolvidos em tais mudanças. Dessa forma, causalidade e propósito seriam substituídos na teoria econômica por relações funcionais matemáticas. Ver Kirzner, Economic Point of View, pp. 68-70.

26. Vilfredo Pareto, "*On the Economic Phenomenon*" (1900), International Economic Papers, no. 3, p. 187.

27. lbid., pp. 190, 196.

28. Croce, "*On the Economic Principle* II" (1901), International Economic Papers, no. 3, pp. 198-199.

29. Pareto, "On the Economic Principle" (1901), International Economic Papers,no. 3, p. 206.]

30. Max Weber, *The Theory of Social and Economic Organization* (Glencoe, Ill.: The Free Press, 1957), citado em Alfred Schütz, The *Phenomenology of the Social World* (Evanston, Ill.: Northwestern University Press, 1967), p. 199. Para uma aplicação do individualismo metodológico à política externa, veja Parker T. *Moon, Imperialism and World Politics* (New York: Macmillan, 1930), p. 58. Para aplicações políticas mais gerais, veja Frank Chodorov, "*Society Are People*," in The Rise and Fall of Society (New York: Devin-Adair, 1959), pp. 29-37.

31. Mises, *Human Action*, p. 70

32. Hayek, Counter-Revolution of Science, pp. 53-54.

33. Ibid., p. 214.

34. Schütz, *Collected Papers*, vol. 2, pp. 7, 8, 10.

35. Arnold W. Green, "*The Reified Villain*," Social Research 35 (Winter, 1968): 656, 664. Sobre o conceito de "sociedade", veja também Mises, *Theory and History*, pp. 250ff.

36. Edith Tilton Penrose, "*Biological Analogies in the Theory of the Firm*," American Economic Review (December 1952): 808.

37. Schütz, *Phenomenology of the Social World*, pp. 137, 245.

Os textos do Professor Rothbard são sem sombra de dúvidas importantes contribuições para esta grandiosa tradição. Que o estado atual desta tradição, estabelecida em sua maior parte, pelos tratados bem sistemáticos que [Ludwig von] Mises realizou da terceira à sétima década deste século, poderiam se tornar mais acessíveis aos leitores das próximas décadas de forma condensada por um dos seus mais brilhantes discípulos, certamente seria muito bem vinda.

- FRIEDRICH HAYEK
(no prefácio deste livro)